



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CURSO DE
PEDAGOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA
CURRÍCULO 59052
ANO 2017

RIBEIRÃO PRETO

SUMÁRIO

Apresentação	04
1. Justificativa para a criação do curso	07
2. O Curso de Pedagogia no Brasil: aspectos legais e históricos	10
3. Aspectos políticos e históricos do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP)	15
4. Áreas de formação e aprofundamento	21
5. Objetivos do Curso de Pedagogia	22
5.1. Objetivo geral	23
5.2. Objetivos específicos	23
6. Perfil comum do pedagogo	23
6.1 Perfil Específico	24
A) Docência	25
B) Gestão Educacional	25
6.2 Eixos que fundamentam o perfil	25
A) O trabalho pedagógico	25
B) O profissional de pedagogia e seus saberes	25
C) Articulação teoria e prática	27
C.1) O Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: princípios e pressupostos	27
7. Conhecimentos e saberes relacionados à atuação do pedagogo	35
8. Fundamentação da proposta curricular	37
8.1 Organização curricular	38
8.1.1 Núcleo de estudos básicos	38
8.1.2 Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos	42
8.1.3 Núcleo de estudos integradores	43
9. O Curso de Pedagogia da FFCLRP no contexto da Deliberação CEE 111/2012	44
10. Eixos do Curso de Pedagogia	45

10.1 Flexibilização na organização curricular	46
10.2 Distribuição da prática de ensino/estágio ao longo do curso: a importância da prática na formação do profissional da educação	47
10.2.1 As bases legais das Práticas de Ensino	48
10.3. Estímulo à iniciação dos alunos em atividades de pesquisa	49
11 Monografia de conclusão de curso	50
12 Atividades acadêmico-científico-culturais-AACC	53
13 Prática como componente curricular	57
14. Vagas oferecidas	59
15. Regime de matrícula	59
16. Estrutura geral do curso	59
17. Acompanhamento do curso	60
18. Organização curricular	60
18.1 Estrutura curricular	60
19. Sistema de avaliação	64
20. Referências Bibliográficas	65
APÊNDICE A	66

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto,¹ embora tenha sido criada em 25/06/1959 pela Lei Estadual no 5.377, iniciou suas atividades acadêmicas em março de 1964. Através da Portaria publicada no Diário Oficial de 19/02/1963, foi autorizado o funcionamento provisório dos cursos de Biologia, Física, Psicologia e Química. Entretanto, o curso de Física não foi instalado, tendo sido autorizada, em sua substituição, a instalação do curso de Licenciatura em Ciências, através do Decreto nº 46.323, publicado no Diário Oficial. Em 21/05/1966, o governador do Estado de São Paulo autorizou oficialmente o funcionamento da FFCLRP. Em 30/12/1974, através do Decreto Governamental nº 5.407, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto foi incorporada à Universidade de São Paulo e integrada ao *campus* da USP de Ribeirão Preto. Em 2010, a referida Faculdade passou por um processo de reestruturação (Resolução USP nº 5896, de 22/12/2010), sendo atualmente composta por sete (7) Departamentos: Departamento de Física, Departamento de Biologia, Departamento de Química, Departamento de Psicologia, Departamento de Computação e Matemática, Departamento de Educação, Informação e Comunicação e Departamento de Música. Esses Departamentos formam respectivamente: Bacharéis e Licenciados em Biologia; Bacharéis em Matemática aplicada a Negócios e Informática Biomédica; Licenciados em Pedagogia e Bacharéis em Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia; Bacharéis em Física Médica; Bacharéis em Música e Licenciados em

¹ Fonte: <http://www.ffclrp.usp.br> Acesso: 29 de abril de 2014.

Educação Artística; Bacharéis e Licenciados em Psicologia; Bacharéis e Licenciados em Química. O Setor de Educação da FFCLRP que até 2010 vinculava-se ao Departamento de Psicologia e Educação (DPE) foi o responsável pelo oferecimento das disciplinas pedagógicas aos Cursos de Licenciatura existentes no *campus* de Ribeirão Preto, como Licenciatura em Biologia, Química, Psicologia e Música. Portanto, atualmente, o Departamento de Educação, Informação e Comunicação é responsável pelas disciplinas pedagógicas dos cursos de Licenciatura oferecidos pela FFCLRP. Além disso, esse Departamento foi o responsável pela criação do curso de Pedagogia, o qual ficou sob sua responsabilidade até o ano de 2010 quando foi criado o Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC). A partir de 2011 os cursos de Pedagogia e de Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia passaram a compor o DEDIC.

Os dados levantados em maio de 2010, indicavam que 6687 profissionais já haviam sido formados pela FFCLRP, dos quais 135 Licenciados em Ciências; 626 Bacharéis em Ciências Biológicas; 1141 Licenciados em Ciências Biológicas; 718 Bacharéis em Psicologia; 900 Licenciados em Psicologia; 1376 Psicólogos; 660 Bacharéis em Química; 565 Licenciados em Química; 46 Licenciados em Química – Noturno; 3 Bacharéis em Química Forense; 12 Bacharéis em Química Tecnológica; 202 Licenciados em Pedagogia, 136 Bacharéis em Física Médica, 101 Bacharéis em Ciência da Informação e da Documentação e Biblioteconomia e 46 Bacharéis em Matemática Aplicada a Negócios.

Os dados atuais acerca dos certificados emitidos pela FFCLRP até julho de 2015 estão apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Número de certificados emitidos pela FFCLRP por curso até julho de 2015.

Graduação Ciências – Licenciatura (até 1978)	135
Ciências Biológicas – Bacharelado	817
Ciências Biológicas – Licenciatura	1244
Ciências da Informação e da Documentação – Bacharelado	246
Física Médica – Bacharelado	250
Habilitação em Química Tecnológica – Bacharelado	236
Informática Biomédica – Bacharelado	190
Matemática Aplicada a Negócios – Bacharelado	174
Música (Licenciatura; Bacharel em Canto e Ópera; Bacharel em Instrumentos)	188
Pedagogia – Licenciatura	419
Psicologia – Bacharelado	913
Psicologia – Licenciatura	926

Psicologia – Psicólogo	1568
Química – Bacharelado	743
Química – Licenciatura	565
Química Noturno – Licenciatura	141
Química Forense – Bacharelado	71
Química Tecnológica, Biotecnologia e Agroindústria – Bacharelado	95
TOTAL	8.921

Fonte: <http://www.ffclrp.usp.br> Acesso: 04 de setembro de 2015

No ano de 2010, o número de matriculados na FFCLRP era de 1763 alunos de graduação (203 de Ciências Biológicas; 167 de Ciências da Informação e da Documentação; 175 de Física Médica; 169 de Informática Biomédica; 209 de Pedagogia; 215 de Psicologia; 269 de Química; 182 de Licenciatura em Química e 174 de Matemática Aplicada a Negócios) e 561 alunos de pós-graduação (281 de Mestrado e 280 de Doutorado), sendo 61 em Biologia Comparada (31 M e 30D), 78 em Entomologia (40 M e 38 D) 80 em Física Aplicada à Medicina e Biologia (36 M e 44 D), 65 em Psicobiologia (29 M e 36 D), 177 em Psicologia (93 M e 84 D), 99 em Química (52 M e 47 D). Além disso, a Unidade conta com 209 docentes e 225 funcionários, com diferentes níveis de formação.

Dados atuais acerca dos alunos matriculados na graduação da FFCLRP no ano de 2015 estão apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Número de alunos matriculados na graduação da FFCLRP (dados referentes a julho de 2015).

ALUNOS MATRICULADOS

GRADUAÇÃO	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	252
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO	161
FÍSICA MÉDICA	170
INFORMÁTICA BIOMÉDICA	165
LICENCIATURA EM QUÍMICA	187
MATEMÁTICA APLICADA A NEGÓCIOS	170
PEDAGOGIA	209
PSICOLOGIA	203

QUÍMICA	259
MÚSICA (LICENCIATURA; BACHAREL EM CANTO E ÓPERA; BACHAREL EM INSTRUMENTOS)	132
TOTAL	1.908
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS (EAD UNIVESP - POLO RP)	52

Fonte: <http://www.ffclrp.usp.br> Acesso: 04 de setembro de 2015.

Dados atuais acerca dos alunos matriculados na pós-graduação na FFCLRP no ano de 2015 estão apresentados na Tabela a seguir.

Tabela 3: Número de alunos matriculados na Pós-graduação da FFCLRP até julho de 2015.

Pós-Graduação

Dissertações e Teses	ME	DO	Total
Biologia Comparada	187	82	269
Computação Aplicada	-	-	-
Educação	63	-	
Entomologia	234	150	384
Física Aplicada à Medicina e Biologia	264	126	390
Físico-Química	17		17
Psicobiologia	247	175	422
Psicologia	478	227	705
Química	318	232	550
Química Inorgânica	21		21
Química Orgânica	57	24	81

Fonte: <http://www.ffclrp.usp.br> Acesso: 04 de setembro de 2015

O Curso de Pedagogia (Licenciatura) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto iniciou suas atividades em 2002 e foi reconhecido pela Portaria CEE/GP nº 258/ 2005 de 01 de setembro de 2005. O Projeto Pedagógico original do curso sofreu reformulações significativas nos anos de 2005, 2007 (adequação ao Programa de Formação de Professores da USP) e 2010. De 2011 até

a presente data o Projeto vem sofrendo *pequenas alterações* (denominação própria da USP para as alterações que ocorrem anualmente) visando à atualização e atendimento às políticas nacionais e estaduais de formação de professores, como por exemplo, adequação às Deliberações CEE 111/2012 e CEE 126/2014.

1. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O curso de Pedagogia foi criado considerando o contexto político-educacional do final dos anos de 1990. Naquele contexto, os índices de matrícula no âmbito da Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Médio e Educação Superior no Brasil estavam abaixo daqueles apresentados por países de renda *per capita* equivalente, assim como, por boa parte de nossos vizinhos sul-americanos. No Ensino Fundamental, embora as matrículas já superassem 60% da população na faixa etária ideal (7 a 14 anos) ainda tínhamos mais de 2 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Esse panorama no ensino fundamental se relacionava, ainda, às altíssimas taxas de reprovação e repetência, o que provocava um fluxo lento da passagem do aluno pelo sistema de ensino, com consequências negativas para a qualidade dos processos escolares. Tendo em vista que um dos elementos primordiais para garantir a qualidade de um sistema é a qualificação de seus profissionais, em particular de seus professores, houve um esforço no país para garantir formação em nível superior para todos os seus professores, mesmo considerando o artigo 87, § 4º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96), que admitia a formação em nível médio, modalidade Normal, para os professores da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental (Resolução CNE 01 de 20/08/2003).

O objetivo de ampliar a formação em nível superior demandou, no final da década de 1990 e início da década de 2000, um esforço considerável das Instituições de Ensino Superior na criação e implementação de cursos de formação para os profissionais do magistério, em especial daquelas que ofereciam cursos de Pedagogia, que pela nova redação dada pelo Decreto Federal nº. 3545/2000, seriam os responsáveis pela formação, em nível superior, dos profissionais que atuariam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

Naquele contexto era necessário enfrentar dois desafios: a) atender ao crescimento da procura e correspondente matrícula na Educação Infantil, tanto na Pré-Escola (4 a 6 anos), onde as matrículas decuplicaram nos últimos 20 anos, embora a demanda ainda não tenha sido completamente atendida, quanto nas Creches (0 a 3 anos), sobre as quais as primeiras estatísticas (precárias) publicadas

naquela época, apontavam para um atendimento inferior a 10% da população na faixa etária; e b) atender à meta definida pelo Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), que estabeleceu uma cobertura de 50% da faixa etária entre 0 a 3 anos, até 2011. O dado muito preocupante daquele panorama se referia ao fato de uma parcela considerável dos profissionais que atuavam na Educação Infantil não possuir ainda formação em nível superior. Com base na Sinopse Estatística da Educação Básica (Inep/MEC), constata-se que em 2003² menos de 18% das funções docentes que atuavam em Creche possuíam nível superior completo (32% em São Paulo). Para as Pré-escolas, este índice era de 31% (54% em São Paulo) e, finalmente, para as séries iniciais do ensino fundamental, o percentual de funções docentes com formação em nível superior era de 36% (63% em São Paulo). Como se observa, mesmo estando em uma situação mais favorável frente à média do país, a realidade do Estado de São Paulo ainda era precária.

Diante disso, mais do que uma necessidade, a criação de novos cursos de Pedagogia era uma exigência, mesmo para São Paulo, o Estado mais rico da Federação, do qual a Universidade de São Paulo não poderia furtar-se.

Em relação à situação regional, essa necessidade era também muito evidente. Só na cidade de Ribeirão Preto, eram oferecidos, pela rede privada, seis cursos de Pedagogia. Portanto, a cidade necessitava de um curso de Pedagogia público para atender à demanda da cidade e região. Essa necessidade motivou a sociedade ribeirão-pretana a reivindicar a criação de um **curso noturno de Pedagogia, no Campus da USP, em Ribeirão Preto**. Particular destaque merecem as solicitações do Conselho Municipal de Educação e da Câmara de Vereadores da cidade. Dados da história do curso de Pedagogia da FFCLRP serão apresentados de maneira mais detalhada seção 3 deste projeto.

Se, do ponto de vista da demanda, a necessidade do novo curso era inquestionável, cabe ressaltar que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto possuía as condições estruturais para sediá-lo. Esta unidade oferecia há 30 anos habilitações em Licenciatura nas áreas de Psicologia, Química e Biologia. Para isto, contava com um Setor de Educação que fazia parte do Departamento de Psicologia e Educação e que havia atuado, de modo sistemático, no ensino de Graduação, na Pesquisa e na Prestação de Serviços à comunidade, em especial nas áreas de Metodologia de Ensino, Didática e Gestão Educacional. Merece destaque o Projeto de Educação Continuada de Formação de Professores, decorrente de Convênio firmado entre a USP e a Secretaria de Estado da Educação, por meio do

² Dados de 2004.

qual o Departamento de Psicologia e Educação foi responsável por vários módulos ministrados na região de Ribeirão Preto. Além disso, esse Departamento abrigava, desde aquela época, o CINDEDI (Centro Brasileiro de Investigação sobre o Desenvolvimento e Educação Infantil) que é uma referência do ponto de vista da pesquisa, assessoria e formação de quadros para a Educação Infantil. Neste particular, merece destaque a presença, no Campus da USP de Ribeirão Preto, da Creche Carochinha, referência nacional de qualidade e que já atuava em estreita relação com a FFCLRP e que poderia ser uma referência fundamental para o curso, especialmente como um campo de estágio. O Departamento contava, ainda, com o Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (L@IFE), centro que tem como finalidade desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão, relacionados à formação inicial e à formação continuada de professores de Biologia, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e que também poderia atender o curso como espaço formativo aos alunos, apoio físico e material para as aulas e estágios. Por último, cabe comentar sobre todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelos docentes do referido Departamento, ligados ao curso de Psicologia, nas áreas de Psicologia Escolar, Psicolingüística, Psicodiagnóstico, Psicologia Social e Organizacional e Orientação Vocacional, que já desenvolviam trabalhos e estudos que muito poderiam contribuir com a formação do futuro pedagogo.

Pelo exposto é possível verificar que os recursos físicos e humanos mínimos disponíveis na FFCLRP, a demanda da comunidade local e regional por um curso de Pedagogia oferecido por uma instituição pública e os recursos complementares que seriam oferecidos pela Universidade de São Paulo justificaram a criação do curso.

2. O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS

O Curso de Pedagogia foi instituído no Brasil por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto-Lei no. 1190 de 04 de abril de 1939. Visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico, ficou instituído por tal documento legal, o chamado “padrão federal” ao qual tiveram que se adaptar os currículos básicos oferecidos pelas demais instituições do país. O Curso de Pedagogia foi previsto como o único curso da “seção” de Pedagogia que, ao lado de três outras - a de Filosofia, a de Ciências e a de Letras - com seus respectivos cursos, compôs as “seções” fundamentais da Faculdade. Como “seção” especial foi instituída a de Didática, composta apenas pelo curso de Didática. Foram fixados os

currículos plenos, bem como a duração para todos os cursos. No que concerne à formação dos bacharéis, ficou determinada a duração de três anos, após os quais, adicionando-se um ano de curso de Didática, formar-se-iam os licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como “três mais um”.

No caso do curso de Pedagogia, aos que concluíssem o bacharelado seria conferido o diploma de bacharel em Pedagogia. Posteriormente, uma vez concluído o curso de Didática, seria conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que compunham o curso de bacharelado. Mais adiante, ao tratar das regalias conferidas pelos diplomas, o Decreto-Lei nº 1190/39 refere-se especialmente ao bacharel em Pedagogia, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1943, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos técnicos da educação. Nos dois casos a referência é muito vaga para identificação de um profissional criado naquele momento e que não possuía ainda suas funções definidas na medida em que não dispunha de um campo profissional que o demandasse. A partir de 1946, tornou-se obrigatória a formação do pedagogo em quatro anos, incluindo o bacharelado e a licenciatura. O 4º ano destinava-se às disciplinas didáticas, habilitando para a docência.

Em 1962, algumas pequenas alterações foram introduzidas no currículo de Pedagogia através do Parecer CFE no 251/62. Relatado pelo Conselheiro Valnir Chagas, esse Parecer foi incorporado à Resolução CFE 2/69 que fixa o currículo mínimo e determina a duração do Curso de Pedagogia, aprovado sob a vigência da Lei 4024/61 e homologado pelo Ministro da Educação Darcy Ribeiro, para vigorar a partir de 1963. O Parecer em pauta não faz nenhuma referência ao campo de trabalho do profissional que, indistintamente, chama de “técnico de Educação”, ou “especialista da educação” e é de maneira muito vaga que, num ou noutro momento se reporta a ele com as expressões “administradores e demais especialistas da educação”, profissionais destinados às funções não-docentes do setor educacional. O currículo é composto por disciplinas genericamente denominadas ciências da educação, didáticas e administração escolar. Pelo Parecer CFE 262/69 é abolida a distinção entre bacharelado e licenciatura em Pedagogia e instituída a ideia de formar especialistas em educação.

Partindo da concepção de que a profissão que corresponde ao setor de educação é uma só e que por isso as diferentes modalidades de capacitação devem partir de uma base comum de estudos, o curso de Pedagogia passa a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional na área, e uma diversificada, em função de habilitações específicas. Assim, tanto as habilitações regulamentadas pelo documento (Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar, Orientação Educacional e Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais) quanto as que podem ser acrescidas pelas universidades

fazem parte de um único curso, sob o título geral de Curso de Pedagogia. Essa composição é justificada pelo fato de que a maior parte das disciplinas acaba por se repetir em todas as habilitações, com necessidade de pouca ou nenhuma adaptação. O Parecer 252/69 traduz uma proposta ambivalente de formação do Pedagogo, ao estipular habilitações de acordo com a divisão do trabalho em educação. Ao fixar o mínimo para o currículo esta legislação fragmentou o campo de atuação desses profissionais, retirando seu caráter de globalidade e complexidade que envolve a instituição escolar.

No final dos anos de 1970, emerge o movimento de redefinição dos Cursos de Pedagogia, questionando a identidade do curso e do pedagogo. Esse movimento contrapôs à concepção tecnoburocrática oficial que não incluía a participação dos educadores na definição da política educacional. Os educadores organizam-se, nacionalmente, para contrapor as ameaças de extinção do curso de Pedagogia proposta pelo conselheiro Valnir Chagas, autor dos Pareceres 67/75, 68/75, 70/76 e 71/76 e reafirmam para este curso o espaço importante de estudos dos problemas educacionais brasileiros, bem como locus fundamental de formação de professores. No decorrer de 1980 esse movimento recebeu diferentes denominações até firmar-se como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) tendo realizado inúmeros encontros, produzindo ampla reflexão e diferentes propostas com a participação de educadores de vários Estados e universidades.

É importante ressaltar que os cursos de graduação em Pedagogia em desenvolvimento no país, no final dos anos de 1980 e início de 1990 se configuram em duas grandes tendências: **1)** Obediência ao modelo tradicional, fixado no Parecer CFE 252/69, formando profissionais licenciados habilitados para o exercício da docência das disciplinas pedagógicas nos cursos de Magistério em nível médio e os profissionais licenciados conhecidos como especialistas, para atuarem junto às escolas e sistemas de ensino: administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais e inspetores do ensino; **2)** Implementação de novo modelo, voltado à formação de licenciados habilitados para o exercício do magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, em alguns casos, na Educação Infantil e para o magistério das disciplinas pedagógicas do nível médio. A implantação desse novo modelo por diferentes instituições de ensino superior foi acolhida pelo CFE, que autorizou as primeiras experiências e, posteriormente, pelo CNE, através de Pareceres específicos.

Essa segunda tendência – formação de professores - passou a ser dominante na década de 1990, ainda que conviva, em muitos casos, com o antigo modelo. Assim, muitas IES agregam à habilitação para o magistério, uma ou mais habilitações de especialistas, obedecendo parcialmente ao Parecer CFE 252/69. Este predomínio foi uma decorrência natural do entendimento cada vez mais claro da

urgência em prover uma formação em nível superior a novas gerações de professores, como instrumento de aperfeiçoamento profissional e, conseqüentemente, de melhoria do ensino fundamental e da educação infantil do país.

Em seu processo de consolidação do novo modelo de curso, boa parte das instituições formadoras tem contemplado o atendimento a demandas sociais específicas com a oferta de disciplinas optativas, enriquecimento curricular, cursos de extensão e desenvolvimento de projetos especiais. Nesta última categoria, encontra-se a formação para a docência na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Indígena, na Educação para os portadores de necessidades especiais, entre outras, a partir da capacidade instalada e do desenvolvimento da pesquisa das respectivas áreas nessas instituições. (Brzezinski, 2000; Scheibe e Aguiar, 1999; Saviani, 2008).

Pode-se afirmar que a maioria das perspectivas inovadoras que marcam a trajetória dos Cursos de Pedagogia nos últimos quinze anos foram ignoradas pelos reformadores oficiais que instauraram uma nova ordem para a educação do país, a partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases, a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diante das sucessivas determinações legais que se seguiram à Lei, instituições, entidades de classe e educadores responsáveis pelos cursos de Pedagogia, durante os últimos anos, foram insistentes na busca de diálogo com o Conselho Nacional de Educação e com o Ministério da Educação, procurando não apenas tornar claros os dados da realidade dos Cursos como explicitar as razões de seu desacordo com os rumos traçados pelas novas políticas governamentais em relação aos mesmos. Os resultados dessa busca em suas idas e vindas revelaram contradições, interesses e falta de consenso em formular as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Curso basilar da formação acadêmico-científica, teórico-investigativa do campo educacional e do trabalho pedagógico, o Curso de Pedagogia passou a ter sua existência ameaçada, quando, através de Decretos do CNE (Decretos 3276/99 e 3554/00) foi proposto transferir ao Curso Normal Superior sua competência de formar professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou para a Educação Infantil. Mais ainda, as vozes oficiais insistiram em fundamentar sua proposta excludente no disposto no Art. 64 da LDB/96, pretendendo atribuir ao Curso apenas a responsabilidade em formar os profissionais especializados nas áreas de coordenação, administração, planejamento, orientação, etc. O entendimento do referido artigo decorre de leitura enviesada, pois atribuir ao Curso de Pedagogia a responsabilidade dessa formação de nenhum modo implicaria impedi-lo de formar os profissionais do ensino, como tradicionalmente vinha fazendo.

De qualquer modo, verificou-se a insistência em descaracterizar o Curso, sem considerar o caminho por este percorrido em mais de quinze anos de trabalho inovador, aliado à resistência por parte do MEC e do CNE em definir as Diretrizes Nacionais para a Pedagogia, a partir da contribuição apresentada em 1998 e reapresentada em 2001 pelas Comissões de Especialistas da área que atenderam ao chamado da SESu/MEC, em Edital de 1997. A proposta das Comissões orientou-se pelos pontos de vista dos educadores de todo o país, congregados em diferentes associações e entidades e nos dados oriundos de estudos e pesquisas desenvolvidos desde a década de oitenta.

Finalmente, depois de longos debates e discussões são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia expressas na **Resolução do CNE/CP nº 1/06**³ definindo *exclusivamente o pedagogo como professor* e ampliando demasiadamente a *concepção de ação docente*. (Kuenzer e Rodrigues, 2007; Libâneo, 2004, 2006; Libâneo e Alves, 2012; Franco e Pimenta, 2010). No Estado de São Paulo, o Conselho de Educação se manifesta sobre esta matéria através da **Deliberação CEE 60/2006**, onde estabelece normas para a criação de cursos de graduação em Pedagogia, licenciatura, bem como normatiza a adequação dos Cursos Normais Superiores e de Pedagogia existentes às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Além desses dispositivos legais, **o Curso atende o Programa de formação de Professores da USP**. No ano de 2013 o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FFCLRP foi mais uma vez atualizado visando atender à **Deliberação CEE 111/2012** e, por último, em 2014, em atendimento à **Deliberação CEE 126/2014**.

A Pedagogia é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas.

Libâneo (2006) ressalta que a Pedagogia

ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. (p.29-30)

³ Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

Portanto, a Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educacionais que permeiam a sociedade. Nesse âmbito, Franco (2003) assinala que

[...] a Pedagogia, ciência da educação, tendo como objeto de estudo a práxis educativa, há que se pautar nas ações investigativas a partir da práxis, uma vez que já existe hoje a certeza de que as teorias sobre educação não determinam as práticas educativas, mas convivem com elas em múltiplas articulações. (p.123).

Para Houssaye (2004) “[...] a Pedagogia é a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa, em uma mesma pessoa, o pedagogo é antes de tudo um prático-teórico da ação educativa”. (p.10).

O campo educativo é vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino. A Pedagogia, portanto, não é somente uma disciplina, uma área de estudos, uma prática, um saber-fazer ou uma ideologia, é, sim, uma ligação dialética entre a teoria e a prática (Houssaye et. al., 2002, p. 10 apud Franco et al., 2007, p. 70) e para Saviani (2008), não se deve opor a teoria e nem a prática à pedagogia, mas ao verbalismo (e não à teoria) e ao ativismo (e não à prática).

Por outro lado, a docência não pode ser considerada como a única identidade do pedagogo, mas como mais uma modalidade pedagógica, “[...] o que nos leva a realçar que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente (Franco et al., 2007, p. 75; Pimenta, 2006, p.30)”.

A pedagogia é mais ampla que a docência, educação abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência. E não existe suporte teórico, conceitual, para justificar essa ideia de ‘docência ampliada’, argumento usado por muitos colegas para justificar esta identificação reducionista entre Faculdade de Educação e Formação de Professores (PIMENTA, 2006, p.30).

Os saberes pedagógicos seriam apreendidos, confrontados e reelaborados na prática articulando-se em mão dupla com os saberes da ciência da educação: “a capacidade de articular o aparato teórico-prático, a capacidade de mobilizá-los na condição presente, a capacidade de organizar novos saberes a partir da prática, essas capacidades em conjunto, estruturam aquilo que chamamos saberes pedagógicos” (FRANCO et al., 2007, p. 82).

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (DCNs) consideram que o trabalho docente caracteriza-se como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não-escolares, sob determinadas condições históricas. (Resolução CNE/CP 01/2006). Nessa perspectiva, o professor é um profissional da educação, em ação e interação com o outro, produtor de saberes na e para a realidade. A docência é definida como ação educativa que se constitui no ensinar e aprender, na produção de conhecimento. Ou seja, docência é entendida como práticas de docência e gestão educacional que ensejam aos licenciados a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FFCLRP, construído em 2002, incorporou as ideias principais e proposições debatidas naquele momento, bem como as referenciadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia, no Programa de Formação de Professores da USP, na Deliberação CEE 111/2012 e na Deliberação 126/2014.

3. ASPECTOS POLÍTICOS E HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO - USP

O curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP foi criado em 2000 e implantado em 2001. Entretanto sua história, segundo os docentes⁴ que foram responsáveis pela criação e elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, remonta aos anos de 1980 quando um grupo de professores que atuava nos cursos de licenciatura do campus Ribeirão Preto (FFCLRP) já discutia tal possibilidade. Diversas solicitações da comunidade ribeirão-pretana (sociedade civil e instituições públicas) para a criação de cursos na Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto, já haviam sido feitas. Essas solicitações pautavam-se na justificativa de atender às necessidades da população da região de Ribeirão Preto por cursos gratuitos, em período noturno na Universidade Pública e,

⁴ Profa. Dra. Clarice Sumi Kawasaki, Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto e Profa. Dra. Noeli Prestes Padilha Rivas.

sobretudo, no imperativo da formação em nível superior de profissionais para atuar no ensino fundamental e educação infantil, conforme requeria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), parágrafo 4º do artigo 87, a qual estabeleceu que até 2006 somente fossem admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

A implantação do Curso de Pedagogia no período noturno também foi ao encontro da política de expansão de vagas da Universidade de São Paulo para responder às exigências da Constituição Estadual de 1989, que determinou a oferta em período noturno de pelo menos 33% das vagas no ensino público estadual de nível superior (Resolução aprovada pelo Conselho Universitário da USP em 1992). Em 29 de Abril de 1998, de acordo com o ofício nº 51/98 do Conselho Municipal de Educação (CME), seu presidente⁵ comunica aos Senhores Conselheiros a realização de sessão ordinária do CME, na data de 11 de maio de 1998, no auditório da Secretaria Municipal de Educação para discussão da seguinte pauta: **“(...) Abertura de cursos na USP para atendimento de interessados.”** (PROJETO ACADÊMICO CURSO DE PEDAGOGIA FFCLRP-USP, documento anexo, Sessão Ordinária CME 11/maio 1998, grifo nosso, p.58).

Nessa reunião, foi aprovado por unanimidade o pedido de instalação dos seguintes cursos: Curso de Pedagogia, Curso de Pós-Graduação em Educação, Cursos de Licenciatura em Letras, Matemática, Ciências, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. O Curso de Pedagogia foi considerado prioritário com a justificativa de que esse poderia proporcionar amparo aos profissionais de educação mais carentes em nível salarial, ou seja, os professores que atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental (PEBSI), bem como atendimento às crianças em idade escolar, tendo em vista a expansão da escola pública. O documento de aprovação foi encaminhado para o Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto⁶ solicitando a instalação dos referidos cursos, relacionando-os às demandas e aos fundamentos legais acerca das necessidades formativas dos professores de Educação Básica. Nessa direção, o Centro do Professorado Paulista, Sede Regional de Ribeirão Preto, encaminhou ao senhor Diretor da FFCLRP um documento referendando a solicitação do CME no qual solicita a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação, alegando serem estes indispensáveis ao crescimento profissional do Magistério Público Estadual. No dia 27 de Novembro de 2000, o Chefe do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP⁷ encaminha ao Diretor da FFCLRP⁸ o Projeto Acadêmico para implantação do curso noturno de Pedagogia - Ano

⁵ Presidente do Conselho Municipal de Educação Prof. Walter Colombini.

⁶ Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Prof. Dr. José Aparecido Silva-1998.

⁷ Chefe do Departamento de Psicologia e Educação, Prof. Dr. Silvio Morato.

2001, juntamente com os pareceres favoráveis dos relatores da Faculdade de Educação da USP⁹, aprovados pelo Conselho do Departamento de Psicologia e Educação, em reunião de 9 novembro de 2000. Em março de 2001, o Diretor da Unidade encaminha à Pró-reitora de Graduação¹⁰ o referido processo. Observa-se um período de cinco meses para o encaminhamento aos setores decisórios da Universidade de São Paulo, apesar de a pressão da comunidade por novos cursos e da aceitação da proposta de criação pelos docentes envolvidos e pela Comissão de Graduação da FFCLRP-USP.

Uma questão crucial nesse processo refere-se à contratação de docentes e de técnicos, a qual sofreu uma forte redução da proposta inicial, bem como à construção do prédio para abrigar o curso de Pedagogia. A proposta de redução foi analisada e discutida em reunião ocorrida em 13 de Junho de 2001, na FFCLRP com o Vice-Reitor da USP¹¹, Diretoria, Chefia do Departamento de Psicologia e Educação e representante do Setor da Educação /DPE, com o objetivo de se adequar a solicitação de Claros para a criação do curso noturno de Pedagogia aos critérios definidos pela Comissão de Claros. Nessa reunião, aprovou-se a contratação de 5 docentes em RDIDP, 1 docente em RTC, 4 docentes em RTP e 3 Técnicos de Nível Superior (educadores) para o processo de implantação do curso. Ressalte-se, ainda, que alguns docentes do Curso de Psicologia contribuíram nos primeiros anos de implantação do curso, até a chegada dos novos docentes. Atualmente, o curso conta com 20 docentes em RDIDP, todos do DEDIC, e ainda 13 funcionários não docentes. No que diz respeito à construção do prédio para a instalação do novo curso, não havia naquele momento dotação orçamentária, por isso se decidiu pela ocupação dos espaços já existentes no Departamento de Psicologia, situação que se mantém até o momento atual. Quanto à matrícula: atualmente estão matriculados 205 (duzentos e cinco alunos).¹²

A primeira turma teve início no ano de 2002. Desde sua criação até o ano de 2010, o curso pertencia ao Departamento de Psicologia e Educação/FFCLRP. Em 2011 passou a integrar o recém-criado Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC) juntamente com o Curso de Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia (CIDB), na mesma Unidade. A 1ª Turma concluiu o curso no ano de 2005.

⁸ Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho.

⁹ Relatores, Prof.^a Dr^a Lisete Diniz Ribas Casagrande, Prof. Dr. Celso de Rui Beisigel, Prof.^a Dra. Myriam Krasilchik (Diretora FEUSP) e Prof.^a Dra. Yassuko Yamamoto (Presidente da Comissão de Graduação).

¹⁰ Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Dr^a Ada Pellegrini Grinover.

¹¹ Vice-Reitor da USP, Prof. Dr. Adolpho José Melfi.

¹² Fonte: Site <http://www.ffclrp.usp.br> - Dados atualizados até março/2014).

O primeiro coordenador da COC (Comissão Coordenadora do Curso) foi o Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto. Da sua criação até a presente data, o Curso de Pedagogia contou com 6 coordenadores¹³.

O primeiro Projeto Pedagógico propôs um curso com carga horária total de 3.450 horas, funcionando no período noturno, com 50 vagas/ano, com duração de 4 anos (8 etapas ou semestres integralizados em um período máximo de 8 anos). Observe-se que ainda não haviam sido aprovadas as Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia, o que demandou do grupo proponente estudos e pesquisas por uma proposta curricular diferenciada. Nesse sentido, o currículo (perspectiva instituinte, histórico e emancipatório, sustentado pela reflexão como práxis) foi estruturado em disciplinas obrigatórias, optativas, estudos independentes e atividades práticas, incluindo o trabalho de conclusão de curso como obrigatório. Essa obrigatoriedade deixou de ser considerada a partir de 2002.

A organização curricular atual constitui-se de Núcleos de Formação (Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos; Núcleo de Estudos Integradores), de acordo com o Artigo 6º, Resolução CNE/CP nº1/2006, os quais são concebidos e estruturados com base na pesquisa e na prática educativa como articuladores dos componentes curriculares, o que implica diferentes possibilidades de desdobramentos operacionais, definidos no PPP. A carga horária atual do Curso de Pedagogia é de 3.440 horas, incluindo 400 horas de estágio curricular supervisionado e 200 horas de Atividades Acadêmico-científico-culturais (AACC).

O Projeto Pedagógico, desde a sua concepção, assumiu o compromisso com a expansão da educação básica no país, com a escola pública, com a formação de professores e gestores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e com a melhoria da qualidade da educação no país.

O curso de Pedagogia da FFCLRP/USP/RP tem por princípios norteadores os processos de ensino e de aprendizagem, em suas especificidades, adequados às diferentes realidades educacionais, e o trabalho docente pressupondo diversas situações em seus aspectos econômicos, sociais, psicológicos e políticos. Para atender a estes princípios, a diretriz seguida é a de garantir ao educador sólido conhecimento das Ciências da Educação, formação técnica e política que o habilite a atuar como organizador, mediador e administrador de práticas educacionais, em que a docência e a gestão educacional façam parte de um todo orgânico.

¹³ Professores que assumiram a Comissão Coordenadora do Curso de Pedagogia: Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto, Profa. Dra. Ana Raquel Ciaflone, Profa. Dra. Noeli Prestes Padilha Rivas, Profa. Dra. Teise G.Garcia, Profa. Dra. Cristina Cinto Araujo Pedroso e Profa. Dra. Bianca Cristina Correa (atual coordenadora).

A Pedagogia aplica-se ao campo teórico-investigativo da educação e ao campo do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. Assim, nos limites da atual legislação, o curso de graduação em Pedagogia oferece ao futuro pedagogo uma formação integrada para exercer a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e para atuar na gestão dos processos educativos escolares e não escolares bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. As áreas de formação e aprofundamento deste curso atendem aos dispositivos legais da Lei Federal 9394/96 e aos demais atos legais referentes à Formação de Educadores.¹⁴

Os objetivos do Curso de Pedagogia relacionam-se com os objetivos dos Cursos de Graduação da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, alicerçados na busca constante de articulação e indissociabilidade entre as atividades de docência, pesquisa, cultura e extensão universitária. Assim, o curso objetiva formar profissionais críticos que poderão atuar como professores na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, como gestores nas funções de gestão e de suporte pedagógico nos sistemas educacionais e em processos educativos escolares, na produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, e em contextos educativos nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Essa formação profissional dos pedagogos exige uma concepção teórica de formação de professores e atuação em atividades de pesquisa, de cultura e extensão universitária.

Os estágios ocupam papel relevante no processo formativo proposto pelo curso. São organizados durante seu decorrer em formatos diferenciados visando contribuir para a formação do futuro profissional. Procura-se, ainda, a ordenação dos componentes curriculares de tal maneira que o percurso formativo seja favorecedor de articulações, quer entre teoria e prática, quer entre as diferentes disciplinas. Dentre os princípios e pressupostos que orientam a realização do estágio, destacam-se: a) Os estágios são realizados exclusivamente em escolas públicas; b) As escolas campo de estágio devem ser compreendidas como parceiras no processo formativo dos futuros pedagogos; c) A supervisão de estágio ocorre na Universidade e nas unidades de Educação Básica; d) Os estágios são realizados em unidades da cidade

¹⁴ Os fundamentos legais que servem de base para o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia são: Parecer CNE/CP Nº 5/2005; Parecer CNE/CP Nº 3/2006; Resolução CNE/CP Nº 1/ 2006; Resolução CNE/CP Nº 1/ 2002; Resolução CNE/CP Nº 2/ 2002; Deliberação CEE Nº 78/2008; Deliberação CEE Nº 98/2010; Programa de Formação de Professores da USP, 2004.

de Ribeirão Preto, o que favorece a presença de educadores e docentes; e) As supervisões são realizadas em pequenos grupos e, quando necessário, individualmente. É importante salientar que a consecução dos estágios e a manutenção dos princípios e pressupostos descritos contam com a atuação fundamental de educadores responsáveis pelos estágios. Juntamente com os docentes, estes profissionais responsabilizam-se pelos contatos regulares com as escolas-campo, organização dos aspectos formais dos estágios, supervisões e orientações aos grupos de estagiários bem como acompanhamento individual dos graduandos na elaboração e desenvolvimento das atividades.

O contato com a pesquisa, em suas variadas formas, permeia as atividades desenvolvidas no curso, tanto no âmbito das disciplinas, do estágio, da iniciação científica e dos grupos de estudo e pesquisa. O curso oferece possibilidade de realização de uma Monografia, entendida como um trabalho de cunho científico, realizado sob a supervisão de um professor orientador, elaborada com rigor acadêmico, exequível para um estudante de graduação, a ser defendida perante uma banca avaliadora. O estudante é estimulado a participar de eventos científicos nacionais e internacionais na área da educação visando socializar os resultados obtidos em projetos de pesquisa e de extensão.

No ano de 2014, o Curso de Pedagogia iniciou um projeto de estágio do Pibid (Programa de Iniciação à Docência), articulado à Faculdade de Educação – USP. Esse projeto foi contemplado com 12 bolsas para os estudantes. Para o desenvolvimento do projeto denominado *Didática, Currículo e Práticas Pedagógicas*, o Curso estabeleceu parceria com duas escolas públicas de Ribeirão Preto (Estadual e Municipal). O projeto Pedagogia se estrutura em dois eixos: 1: Identidade Docente e Profissionalização - Formação inicial do aluno de pedagogia e formação continuada do professor da escola; 2: Formação Profissional - Didática, Currículo e Práticas Pedagógicas e tem como objetivo contribuir com a formação inicial do estudante de Pedagogia e com a formação continuada dos professores na escola pública no âmbito da Didática, do Currículo Escolar e das Práticas Pedagógicas, por meio de ações que articulem ensino e pesquisa de forma colaborativa e interdisciplinar. Todas as ações são organizadas em reuniões de estudo e orientação na universidade visando à produção científica.

Atualmente, o Curso de Pedagogia conta com três Laboratórios, a saber: a) Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (Laife), onde são desenvolvidos projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à formação inicial e continuada de professores, atendendo, principalmente, às Licenciaturas em Biologia, Química, Psicologia e Pedagogia da FFCLRP; b) Laboratório Paulo Freire, que

atende aos alunos do curso de Pedagogia em suas atividades formativas, principalmente nos estágios supervisionados da escola pública de educação básica; c) Laboratório de Linguagem e Educação Especial (Laledo) que contribui na formação dos licenciandos em geral, no que se refere à educação especial e inclusão, além de apoiar graduandos do *campus* com necessidades educacionais específicas. O curso conta ainda com uma sala de exposição de brinquedos que subsidia as aulas de diferentes disciplinas bem como o planejamento de práticas de estágio.

Por meio dos estágios curriculares, dos projetos de pesquisa e de extensão e dos laboratórios, o curso vem apoiando a escola pública de Ribeirão Preto e região e seus professores na compreensão do cotidiano do trabalho docente, no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de conhecimento. Merecem destaque os grupos de estudos e pesquisas coordenados pelos docentes do curso que são abertos aos interessados internos e externos; o Cadep (Centro de Aprendizagem da Docência dos Egressos da Pedagogia), que é um espaço de formação inicial e continuada de professores. Docentes do curso de Pedagogia participam de diferentes Conselhos no município, dentre os quais do Conselho Municipal de Educação, contribuindo com a análise e a proposição de políticas públicas.

É importante ressaltar que os docentes do Curso de Pedagogia criaram em 2011 o Programa de Pós-graduação em Educação no Departamento de Educação, Comunicação e Informação, do qual já foram concedidos, até julho de 2015, 24 títulos de Mestre.

A gestão do curso de Pedagogia é realizada por uma Comissão Coordenadora de Curso – COC de Pedagogia (Resolução CoG 3740, de 25/09/90 – Pró-Reitoria de Graduação). A COC é constituída por 4 membros titulares, 4 membros suplentes e representação discente (um titular e um suplente). As reuniões da Comissão Coordenadora ocorrem mensalmente com a participação efetiva dos membros eleitos e são abertas aos demais docentes, funcionários e discentes do curso (membros convidados), favorecendo a gestão participativa.

4. ÁREAS DE FORMAÇÃO E APROFUNDAMENTO

Profissionais da educação e muitos outros setores da sociedade, inclusive agências formadoras, vêm colocando em discussão a concepção de educação, a função da escola, a relação entre conhecimento escolar e a vida social e cultural e, portanto, o trabalho do professor. Ao mesmo tempo em que se propõe uma nova educação escolar, um novo papel do profissional em educação está sendo gestado a partir de novas práticas pedagógicas, da situação da categoria e da demanda social. Entretanto, é preciso considerar que uma

formação em nível superior não é, por si só, garantia de qualidade. É consenso que nenhuma formação inicial, mesmo em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável a criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os profissionais em educação.

O curso de Pedagogia da FFCLRP/USP/RP propõe-se à formação do educador num sentido amplo, e não deve, portanto, ser limitado à mera profissionalização, embora deva abrangê-la ou favorecê-la. Tem por princípios norteadores os processos de ensino e de aprendizagem, em suas especificidades, adequados às diferentes realidades educacionais, e o trabalho docente que envolve diversas situações perpassadas pelos aspectos econômicos, sociais, psicológicos e políticos. Para atender a estes princípios, a diretriz seguida é a de garantir ao educador sólidos conhecimentos das Ciências da Educação, formação técnica e política que o habilite a atuar como organizador, mediador e administrador de práticas educacionais, em que a docência e a gestão educacional façam parte de um todo orgânico.

A Pedagogia se aplica ao campo teórico-investigativo da educação e ao campo do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. Assim, nos limites da atual legislação, o curso de graduação em Pedagogia oferece ao pedagogo uma formação integrada para exercer a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e para atuar na gestão dos processos educativos escolares e não-escolares bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

As áreas de formação e aprofundamento deste Curso atendem aos dispositivos legais da Lei Federal 9394/96 e aos demais atos legais referentes à Formação de Educadores. Os fundamentos legais que servem de base para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia são: Parecer CNE/CP Nº 5/2005; Parecer CNE/CP Nº 3/2006; Resolução CNE/CP Nº 1/ 2006; Resolução CNE/CP Nº 1/ 2002; Resolução CNE/CP Nº 2/ 2002; Deliberação CEE Nº 78/2008; Deliberação CEE Nº 98/2010; Deliberação CEE 111/2012 e Deliberação 126/2014.

5. OBJETIVOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Os objetivos do Curso de Pedagogia se relacionam com os objetivos dos Cursos de Graduação da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, alicerçados na busca constante de articulação e indissociabilidade entre as atividades de docência, pesquisa, cultura e extensão universitária. A formação do Pedagogo deve abranger uma consistente base teórica

articulada à investigação e prática educacionais, com ênfase em conhecimentos específicos do campo da educação. É fundamental que este pedagogo seja um profissional crítico, ciente dos limites e potenciais de intervenção do sistema educacional na realidade mais ampla do país, comprometido com a formação contínua e com a pesquisa, tendo como foco a melhoria da qualidade da educação, em especial daquela destinada à maioria da população que frequenta as escolas públicas. Nesse sentido, o Curso de Pedagogia da FFCLRP /USP pretende:

5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais críticos que poderão atuar como professores na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, como gestores nas funções de gestão e de suporte pedagógico nos sistemas educacionais e em processos educativos escolares, na produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, e em contextos educativos nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Essa formação profissional dos pedagogos exige uma concepção teórica de formação de professores, bem como atuação em atividades de pesquisa, de cultura e extensão universitária.

5.2 Objetivos Específicos

1. Fomentar a iniciação dos licenciandos nas atividades de pesquisa, cultura e extensão universitária.
2. Promover a aproximação da universidade com a sociedade, estabelecendo convênios com as escolas e órgãos gestores pertencentes ao sistema público de ensino da região, tendo como foco a melhoria da qualidade do ensino e a universalização da educação básica.
3. Desenvolver projetos articulados com o Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, conselhos tutelares e organizações não governamentais que atuam no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes.
4. Fomentar a produção científica, em especial, aquela comprometida com o diagnóstico dos problemas locais e regionais enfrentados pelo sistema educacional e com as respectivas propostas de intervenção, sem abrir mão, contudo, da pesquisa básica no campo educacional.
5. Desenvolver programas de extensão, abertos à participação da população, com o ativo envolvimento dos alunos, visando à difusão dos resultados da pesquisa científica gerada no curso.

6. PERFIL COMUM DO PEDAGOGO

O curso de Pedagogia é voltado para a formação de licenciandos plenos em Pedagogia. Esses profissionais serão docentes na educação infantil e no primeiro ciclo da escola fundamental, bem como profissionais capacitados para as funções de gestão, coordenação e suporte pedagógico das instituições escolares em seus diversos níveis.

A formação desse profissional não deve ser entendida como resultante de especializações técnicas alternativas e precoces a serem feitas como opções excludentes no decorrer da própria graduação, mas, ao contrário, como resultante de um curso voltado para a investigação dos problemas gerais das instituições escolares e seus agentes sociais. Nesse sentido, o curso, também, propõe-se a oferecer uma iniciação à atividade investigativa e crítica das práticas, da cultura e do saber escolar necessário à formação de um profissional preparado para enfrentar os desafios de uma sociedade com demandas educacionais complexas e em contínuas mudanças. Fundamentar o Curso de Pedagogia pressupõe identificar os pilares sobre os quais se efetua o cotidiano do processo educacional. Dois elementos básicos condicionam sua direção: os conteúdos que caracterizam esse campo científico e os profissionais que lhe dão efetividade, ou seja, a dimensão teórica que lhe dá sustentação e a dimensão prática do seu acontecer. Concebendo a pedagogia na base do que move o processo educacional no cotidiano, ou seja, o seu saber-fazer situado em contexto de interação de humanos com humanos, essas duas vertentes são essencialmente integradas e inseparáveis. A compreensão aponta para uma práxis transformadora repleta de intencionalidade que se expressa na conceituação de trabalho voltado para a emancipação profissional e humana de sujeitos.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia visa à preparação de um profissional em educação capacitado para a investigação, análise e crítica dos problemas da prática pedagógica, possibilitando a renovação de formas de intervenção pedagógica. Dentro desta orientação, o curso contempla, desde o primeiro ano, um conjunto de disciplinas e atividades, de natureza obrigatória, que propiciam ao aluno oportunidades de fundamentação e relacionamento com o universo da produção e veiculação de conhecimentos científicos que podem resultar em uma monografia, caso seja esta a opção do aluno, ou em outras formas de envolvimento em atividades de pesquisa ou aprofundamento científico. O curso configura a pesquisa como princípio cognitivo e formativo, conduzindo os estudantes a investigarem a realidade escolar e demais espaços educativos, neles desenvolvendo essa atitude em suas atividades profissionais.

6.1 Perfil Específico

O Profissional em Educação, formado pelo Curso de Pedagogia, estará capacitado a atuar nas seguintes funções, conforme preconiza o art. 4º da Resolução CNE/CP N° 01/2006, a Deliberação CEE 60/2006, a Deliberação CEE 78/2008, a Deliberação CEE 98/2010, a Deliberação CEE 111/2012, a Deliberação 126/2014 e o Projeto Pedagógico do referido Curso.

- a) **Docência:** na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas emergentes do campo educacional.
- b) **Gestão Educacional:** contempla princípios e práticas que sustentam a organização do trabalho pedagógico e compreendem a participação na organização e gestão de sistemas públicos de ensino, outros processos educativos escolares que englobam formulação de políticas públicas na área da educação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação.

Além dessas funções, o pedagogo (a) poderá atuar:

- c) Na **produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico** do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.
- d) Em **contextos educativos escolares** nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A seguir, destacamos os eixos que fundamentam o perfil comum do pedagogo, tendo como base o Documento elaborado pelo FORUMDIR - **Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras(2003)** e demais documentos pertinentes.

6.2 Eixos que fundamentam o perfil

O curso de Pedagogia está organizado visando um perfil profissional orientado pelos seguintes eixos: o trabalho pedagógico, o profissional de pedagogia e seus saberes e a articulação teoria e prática.

a) O trabalho pedagógico

A natureza pedagógica das atividades desse profissional é vinculada a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de apropriação, re-elaboração e produção de saberes e modos de ação. O trabalho do pedagogo é impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana através de conteúdos e habilidades de pensamento e ação, implicando escolhas, valores e compromissos éticos, ao mesmo tempo em que procede a transformação pedagógico-didática dos conteúdos da ciência ou técnica que ensina.

b) O Profissional de Pedagogia e seus Saberes

Ao conceber que a formação do pedagogo deve prepará-lo para o trabalho pedagógico na docência e na gestão educacional, faz-se necessário focalizar os conteúdos dessa formação. Seu currículo de formação, compreendido como conjunto de atividades, disciplinas e posturas, graças às quais ele pode incorporar, desenvolver e se apropriar de conteúdos formativos, induz à concepção de um profissional com uma tríplice relação do seu trabalho ao saber: o pedagogo é um profissional que domina determinados saberes, que, em situação, transforma e dá novas configurações a estes saberes e, ao mesmo tempo, assegura a dimensão ética dos saberes que dão suporte à sua práxis no cotidiano do seu trabalho. (PIMENTA, 1996; 2006)

A formação inicial assim como a formação continuada do pedagogo possibilita o desenvolvimento do disciplinamento necessário à reflexão individual e coletiva essencial para uma prática reflexiva e transformadora. É essencial nos processos de formação compreender e reconhecer que a dimensão ética do trabalho pedagógico tem suas raízes no compromisso coletivo, elaborado na construção do projeto político-pedagógico da instituição, da escola ou do curso, e assumido individualmente e coletivamente por todo educador que atua na comunidade escolar. Não somente as normas legais subjetivam os licenciandos, mas estes ligam-se e são influenciados por valores morais, discursos pedagógicos, concepções e teorias de educação. Nessa perspectiva se funda a característica eminentemente profissional do trabalho do pedagogo, configurada por uma base identitária, ou seja, um constructo permeado por determinações sociais, culturais, políticas, pedagógicas, históricas e econômicas. Deste modo, no que concerne à identidade profissional do pedagogo, Rivas, Pedroso e Bezerra (2013) argumentam que

(...) Ao se inserir no campo profissional o egresso dos Cursos de Licenciatura encontrará uma realidade multifacetada, carregada de ambiguidades e de incertezas. Por conseguinte, os desafios atuais da profissão docente exigem políticas formativas e curriculares, alicerçadas na sociedade e na cultura por um lado, e nas jovens gerações por outro lado, mediada pelos diferentes saberes, que contemplam elementos potencialmente contraditórios. Recuperar perdas registradas nas últimas décadas e lutar por uma nova identidade profissional não tem sido tarefa fácil nas universidades, pois requer mudanças na organização institucional, curricular, na estrutura dos conteúdos, no perfil da docência e no redimensionamento de todo o projeto formativo. Além disso, requer nova concepção dos cursos de licenciatura, notadamente o curso de Pedagogia onde a relação da universidade com a escola básica se constitua em eixo basilar com abertura de caminhos para uma verdadeira profissionalidade, pautada por níveis de excelência e perpassada por uma dimensão ética. (RIVAS, PEDROSO, BEZERRA, 2013, p.150).

Ao considerarmos que a atividade docente no cotidiano exige decisões imediatas, que perpassam a relação professor-aluno, relação com o saber, aspectos comunicacionais e afetivos de grupo, além dos racionais, é necessário transcender o ensino que pretende ser uma mera atualização científica, pedagógica e didática e transformá-lo em espaços de participação, reflexão e formação.

c) Articulação teoria e prática

A integração entre a teoria e a prática é exigência do processo de formação do pedagogo. Daí a necessidade de que o currículo envolva um contínuo e permanente processo de prática de ensino, entendida como mediação de ensino e de aprendizagem no âmago do qual o fazer concreto, orientado pelo saber teórico, possa integrar e consolidar a formação do profissional. Os espaços da prática educativa, as escolas e outras instâncias existentes num tempo e num espaço, são o campo de atuação dos pedagogos (os já formados e os em formação). O conhecimento e a interpretação desse real existente devem constituir o ponto de partida dos cursos de formação (inicial e contínua), uma vez que se trata de dar instrumentos aos futuros pedagogos para sua atuação profissional. Busca-se por meio de diversas disciplinas tal articulação, explicitada ainda na carga horária referente aos componentes relativos à prática de ensino. Outrossim, buscamos levar os estudantes a compreender a dinâmica de cada escola em suas particularidades, evidenciando como são complexas as relações no interior dessas instituições, mesmo quando pertencentes a um único sistema de ensino. Com isso, procuramos evitar generalizações simplistas sobre as quais já alertava José Mário Pires Azanha, ou, em suas palavras, o “abstracionismo pedagógico”.

Conforme Azanha (2004), em nossa história educacional sempre foi muito comum que programas de formação docente direcionassem suas ações para o professor, e não para a escola, apresentando-lhe, em geral, conhecimentos formais sobre as

“novidades” pedagógicas. Diríamos que não apenas os programas de atualização, mas entre os de formação inicial, muitos incorrem nesse equívoco, pois, costumam apresentar “teorias sobre”, “conceitos para”, sem uma aproximação real com as práticas que se desenvolvem em escolas que, por sua vez, mesmo pertencendo a um mesmo sistema de ensino, guardam uma enorme diversidade de constituição, de sujeitos, de ações, de projetos, etc. (CORREA, 2010, p. 44-45)

Nesse eixo do currículo do curso, os estágios curriculares obrigatórios representam um *lócus* sistêmico de articulação teoria e prática. A seguir, estão descritos os pressupostos do estágio supervisionado do curso de Pedagogia da FFCLRP.

c.1) O Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: princípios e pressupostos

Os estágios ocupam papel relevante no processo formativo proposto pelo curso, sendo organizados em formatos diferenciados que visam a se ajustar da melhor maneira possível às áreas de intervenção do futuro profissional. Procura-se a ordenação dos componentes curriculares de tal maneira que o percurso formativo seja favorecedor de articulações, quer entre teoria e prática, quer entre as diferentes disciplinas. Busca-se, ainda, durante a realização dos estágios, desde seu início, organizar essa atividade de tal modo que toda a vivência desse processo se configure como conteúdo de aprendizagem. Desse modo, os estágios são, inicialmente, realizados em duplas e, ao final do curso, em grupos de até 10 alunos. Tal opção se justifica por entendermos “já ter sido suficientemente demonstrado que o trabalho do professor pode ser potencializado se houver um projeto que tenha sido pensado, construído e avaliado coletivamente (Veiga; Resende, 2007). O trabalho solitário em que o professor fecha a porta de sua sala de aula não parece mais se sustentar como a possibilidade mais adequada.” (CORREA, 2010, p. 39) Nesse sentido, podemos afirmar que o fato de realizarem o estágio em duplas e, posteriormente, em grupos maiores, constitui por si só um processo de aprendizagem na medida em que:

Os desafios começam com a definição dos parceiros, a qual dependerá: das relações de amizade já construídas, da disponibilidade de horários convergentes para ir à escola, para os encontros na universidade e para os registros dessas atividades, da opção comum por uma das escolas possíveis, o que também se associa à localização destas em relação ao local de residência de cada um dos alunos da dupla, etc. Isto é importante porque, em geral, é o primeiro “conteúdo” a ser discutido com os alunos. Enfatizamos como, mesmo podendo escolher, essa “liberdade” é determinada por uma série de fatores objetivos que a limitam; além disso, chamamos a atenção para o fato de que, no contexto da profissão, quando estiverem na escola, a possibilidade de escolha se limitará ainda mais, porém se o princípio for mantido, sempre encontrarão, no mínimo, um colega para partilhar o trabalho. (CORREA, 2010, p. 40)

Os **objetivos do estágio** do curso de Pedagogia estão sintetizados nos itens a seguir:

- a) Assegurar aos estagiários oportunidades diversificadas de vivência na educação básica, na organização e gestão de sistema de ensino e nos projetos educacionais de diversas instituições;
- b) Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não-formal, as condições de desenvolvimento da criança na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e nos cursos de formação de professores em nível Médio;
- c) Observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros as aprendizagens das várias disciplinas do curso e das inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- d) Promover a integração do Curso de Pedagogia com as instituições escolares e não-escolares da comunidade local e regional.
- e) Buscar articuladores que garantam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico, tendo parâmetros claros que orientem a tomada de decisão em relação à seleção, organização e sequência dos conteúdos curriculares que superem a forma atual da organização do currículo.

As atividades serão desenvolvidas num trabalho integrado e coletivo dos docentes que compõem o quadro curricular do curso, onde todos serão responsáveis pela formação do pedagogo, devendo participar, em diferentes níveis, da formação teórico-prática do aluno. Dessa forma, a prática de ensino não será vista como uma tarefa individual de um professor, mas configura-se como um trabalho coletivo dentro da instituição, fruto do projeto pedagógico.

Antes de apresentarmos a proposta de cada um dos estágios do curso, cabe considerar outros **princípios e pressupostos** que orientam a sua realização em todos os componentes curriculares e áreas de futura atuação profissional. São eles:

1- Os estágios são realizados exclusivamente em escolas públicas

Este princípio é um dos primeiros e principais componentes da identidade dos estágios em nosso curso. Buscamos materializar, por meio da escolha de escolas públicas como espaço exclusivo para a realização dos estágios, o compromisso da universidade pública para com a sociedade, sobretudo porque ao formarmos profissionais para a educação básica visamos ao atendimento da demanda social por educação, concentrada na escola pública. Ademais, os recursos públicos que formam o futuro pedagogo devem estar a serviço

prioritariamente do atendimento à maioria da população. Ainda que tenhamos clareza sobre experiências positivas desenvolvidas em instituições privadas de ensino, o curso faz a opção por manter-se vinculado às unidades e redes públicas, inclusive tendo em vista a consolidação de relações entre a universidade pública e a educação básica pública.

2- As escolas campo de estágio devem ser compreendidas como aliadas no processo formativo dos futuros pedagogos

Este pressuposto orienta nossa ação de supervisão de estágios e, em certa medida, propostas de intervenção e extensão realizadas pelo curso. Objetiva-se, ao definirmos as escolas como aliadas, o progressivo estreitamento em nossas relações e a contribuição de dupla mão no processo formativo, quer dos futuros profissionais, quer daqueles que já atuam na educação. Logo, para que nossos estágios sejam realizados, os profissionais das escolas-campo devem preliminarmente ter acesso ao projeto de estágio do componente curricular que o pleiteia; das ações previstas e das expectativas do curso em relação aos resultados. Como afirmamos no item anterior, as escolas devem ser públicas, mas, além disso, os alunos não podem escolher qualquer escola pública. Por isso, a definição da escola pelos alunos “não depende apenas da proximidade de suas residências ou locais de trabalho, por exemplo, porque a escolha é feita dentro de um universo limitado de escolas, as quais são previamente selecionadas.” (CORREA, 2010, p. 42) A definição das escolas que serão campo de estágio tem a ver com certos critérios, os quais são perceptíveis em função das conversas prévias entre professores e educadores do curso com a equipe de gestão, bem como do acompanhamento ao longo do ano e ao final de cada projeto de estágio. Sendo assim,

a seleção de escolas-campo de estágio é feita considerando-se sempre as experiências anteriores de estágio, especialmente do semestre imediatamente anterior, no que se refere à estrutura e funcionamento das escolas, à disponibilidade para recepção e acolhimento dos estagiários, à qualidade do ensino oferecido, ao “compromisso” da escola para com a defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como à abertura ao recebimento de sugestões e críticas. (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 71)

A experiência ao longo dos anos tem evidenciado que essa delimitação de escolas promove melhor aprendizagem aos nossos estudantes, mas, vai além, refletindo-se também em diferentes formas de colaboração da Universidade com as escolas públicas do município, bem como em mecanismo de aprofundar os conhecimentos sobre a realidade da educação local por parte de professores e educadores da Universidade. Desse modo:

Um dos aspectos mais interessantes dessa delimitação de escolas tem sido a possibilidade de um contato mais próximo e contínuo com os seus profissionais, os quais também têm tido precedência na inscrição quando realizamos, na Universidade, cursos de atualização ou difusão cultural, entre outras possibilidades. Conhecendo melhor esses profissionais, nossa tarefa de

orientação dos alunos parece se tornar mais qualificada, já que podemos antecipar certos dados da realidade e contextualizá-la, oferecendo aos alunos informações relevantes antes mesmo que iniciem o estágio. Essa orientação, por sua vez, vem se mostrando relevante para que a relação entre nossos alunos e os professores que os recebem se estabeleça de modo mais tranquilo. Podemos, dessa forma, falar de sujeitos reais e não de figuras abstratas ou idealizadas (Azanha, 2004) aos nossos alunos, antes de mergulharem na realidade da instituição, o que os ajuda a melhor compreender a complexidade desse lugar chamado tão genericamente “escola”. (CORREA, 2010, p. 44)

3 - Os estágios são realizados em unidades da cidade de Ribeirão Preto

Esta opção atende a uma necessidade operacional do curso para que possam ser realizadas supervisões de qualidade *in loco*, já que o acompanhamento dos estágios, por parte de docentes e educadores, não ocorre apenas no interior da Universidade, mas, também, na própria escola. Por contarmos com alunos que residem em diversos municípios, alguns bem distantes de Ribeirão Preto, essas visitas de acompanhamento ficariam inviáveis.

4 - A supervisão de estágio ocorre no campus e nas unidades de Educação Básica

A ação supervisora ocorre no *campus*, por meio de reuniões regulares com os estudantes, e nas escolas-campo de estágio, nas quais são realizadas visitas regulares de acompanhamento por parte de Educadores e docentes responsáveis pelos estágios, como afirmamos no item anterior. Assim, além das visitas realizadas para o contato inicial e outros momentos de diálogo, professores e educadores vão até as escolas quando os estudantes realizam o que chamamos de “Mostras de Estágio”, momento em que o projeto desenvolvido na escola, seja com as crianças seja com docentes ou equipe gestora, é apresentado publicamente, incluindo-se nesse momento a participação das famílias. Durante essas Mostras, gestores, professores, pais e os próprios alunos são instados a comentar suas percepções sobre o estágio, o que docentes e educadores da Universidade também levam em consideração no processo de avaliação do trabalho.

5- As supervisões são realizadas em pequenos grupos

Entende-se que as orientações sobre a realização dos estágios são melhor desenvolvidas em pequenos grupos, uma vez que são produzidas nestas situações maiores oportunidades de fala para os estudantes, o que inclui relatos, reflexões e questionamentos. Horários e formatos dos pequenos grupos são variáveis em função das disciplinas às quais estão vinculados os estágios. Todavia, o princípio de

preservação do trabalho com um número máximo preferencial de 12 alunos é comum a todas as disciplinas. O modelo de supervisão em grupo foi construído coletivamente ao longo dos anos, conforme descrito a seguir:

Esse formato foi sendo construído paulatinamente e consolidou-se ao longo dos oito anos de existência do curso de Pedagogia. No primeiro ano de funcionamento do Curso, dada a existência de apenas uma turma e já contando com uma educadora, os estagiários podiam dispor de um atendimento bastante personalizado, procurando essa profissional conforme surgiam necessidades ou dificuldades durante a realização do estágio. No ano seguinte, com a chegada de mais uma turma e mais uma educadora, e tendo sido percebido que alguns alunos procuravam orientação várias vezes, enquanto outros nunca o faziam, foram agendadas previamente três horas de supervisão com a educadora para cada dupla de estagiários. Já no próximo estágio, os alunos foram agrupados segundo a instituição em que estagiavam, dando início à experiência da supervisão em pequenos grupos. (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 78)

É importante esclarecer, ainda, que: “As supervisões de estágio servem basicamente a dois objetivos: acompanhar, discutir e refletir, de forma mais ampla, sobre a experiência de estágio vivida em diferentes escolas e contribuir para a formulação, desenvolvimento e acompanhamento dos projetos de intervenção.” (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 78)

De um modo geral, quanto à supervisão em pequenos grupos, podemos afirmar:

O que a experiência de supervisões em pequenos grupos vem mostrando é que a compreensão da referida relação entre teoria e prática pode ser potencializada se os alunos tiverem mais e constantes possibilidades de explicitar suas ideias com a mediação de um profissional experiente que os ajude nesse processo. Segundo nossas observações, com base nas produções dos alunos e nas avaliações do processo de supervisão que esses realizam, tal compreensão vem se desenvolvendo de modo mais sistemático ao longo dos estágios. Tendo em vista a importância do estágio para a articulação teoria e prática, bem como as dificuldades enfrentadas para sua realização, a organização de supervisões por meio de encontros sistemáticos e em pequenos grupos com os estagiários tem se mostrado uma importante estratégia para que o estágio curricular cumpra tal função. (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 82)

Em relação ao segundo objetivo das supervisões, que se refere à orientação para formulação e desenvolvimento dos projetos de intervenções, quando os estudantes devem, com base nas observações realizadas previamente na escola/turma, propor e executar um projeto, as supervisões em pequeno grupo são determinantes tanto para a qualidade das atividades propostas (incluindo-se aí o tema geral do projeto, a natureza de cada atividade, o tipo de material e outros recursos, a duração e o local onde será realizada, a adequação em relação aos objetivos, ao conteúdo e à faixa etária das crianças envolvidas), quanto para a aprendizagem e amadurecimento da/com a linguagem escrita por parte dos estagiários. Isto porque, nesse caso, a supervisão é balizada não apenas no diálogo para orientações, mas,

na escrita e reescrita dos projetos, que são corrigidos tantas quantas forem as vezes necessárias para que o produto final - o projeto que será apresentado à escola -, seja considerado adequado.

Ainda no tocante à questão da escrita, ressaltamos que além dos projetos, que são escritos, corrigidos e reescritos mais de uma vez, em todos os estágios são adotados cadernos de campo, nos quais os estagiários, nesse caso individualmente, registram as observações realizadas nas escolas. Estes cadernos, por sua vez, também são integralmente lidos por docentes e educadores que, nesse momento, também registram observações tanto sobre o conteúdo quanto sobre a forma. Há, ainda, uma série de exercícios escritos, realizados em aula, com base em experiências do estágio, que são, nesse caso, corrigidos pelos docentes de cada disciplina-estágio.

Seja durante as supervisões seja durante as aulas, todas as disciplinas com estágio contam com instrumentos específicos para orientar as atividades dos estudantes.

Os Documentos de orientações de estágio têm como objetivo principal orientar os estagiários em relação à natureza de dado estágio e das atividades a serem realizadas. Orientam também sobre a postura e a conduta que os alunos-estagiários devem assumir nas escolas-campo. Esse tipo de orientação é mais utilizado e mais necessário nos primeiros estágios, tendo em vista que ao longo do curso, os alunos vão aprendendo a lidar com diversas situações que podem surgir em cada estágio. Os Roteiros de observação orientam e guiam o olhar dos estudantes durante o período de observações. Como costumamos definir para nossos alunos, trata-se de um mapa que os conduzirá no conhecimento de uma instituição de ensino, atentando para aspectos, detalhes, dimensões que talvez passassem despercebidos não fosse um roteiro de observação. Os Roteiros para elaboração de projetos e relatórios são instruções explicativas sobre o que se espera ou o que é preciso estar contemplado em um projeto ou em um relatório final de estágio. (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 75-76)

Em suma, como consideramos o estágio parte fundamental da formação inicial, sem a qual os futuros professores não teriam condições de refletir com base nos conhecimentos teóricos adquiridos no contexto das aulas na Universidade, temos desenvolvido variadas estratégias para que essa atividade seja a melhor possível, buscando contribuir, inclusive, com a melhoria da produção escrita e da capacidade leitora de nossos estudantes, aspectos centrais para profissionais que serão responsáveis pela educação das novas gerações.

Destacamos, ainda, que a consecução dos estágios e a manutenção dos princípios e pressupostos descritos contam com a atuação fundamental dos Educadores responsáveis pelos estágios. Juntamente com os docentes, esses profissionais responsabilizam-se pelos contatos regulares com as escolas-campo, organização dos aspectos formais dos estágios, supervisões e orientações aos grupos de estagiários e acompanhamento individual dos graduandos nas atividades. O ingresso nas escolas é realizado segundo as características

dos componentes curriculares e da proposta específica de cada núcleo de estágios. A Tabela 4 a seguir sintetiza a estrutura atual dos estágios no curso.

Tabela 4: Disciplinas, semestre e carga horária das que compõe o estágio curricular do curso de Pedagogia.

Semestre	Disciplinas-estágio	Carga horária estágio
3º	Fundamentos Psicológicos da educação	25
3º	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	25
4º	Didática II	30
5º	Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental I	60
6º	Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental II	60
6º	Gestão Educacional e Coordenação do Trabalho na Escola	30
7º	Atividades Práticas: Gestão do Processo Educativo	50
7º	Ação Pedagógica Integrada: Educação Infantil I	60
8º	Ação Pedagógica Integrada: Educação Infantil II	60
TOTAL		400

Para apresentar os estágios em suas especificidades, citamos uma vez mais o trabalho de Correa e Piotto (2014), no qual as autoras descrevem cada um deles e suas articulações. No caso do estágio de gestão, ele será apresentado após a citação.

Todas as disciplinas possuem uma carga horária “teórica”, que são as aulas propriamente ditas, e uma carga horária “prática” relacionada às atividades de estágio. (...). Na carga horária total de estágio de cada disciplina estão inclusas tanto as horas em

que os estagiários permanecem nas escolas-campo, quanto àquelas voltadas para a realização do que chamamos de atividades subsidiárias, como, por exemplo, a realização de registros em caderno de campo, leituras, confecção de materiais para intervenções de estágio, entre outras, numa proporção de 30 ou 35% da carga horária total de cada estágio. Fruto de uma reestruturação curricular pela qual o Curso passou, as diferentes disciplinas-estágios que compõem a sua grade curricular enfocam diversos e complementares aspectos da experiência a ser proporcionada ao futuro professor, incluindo diferentes áreas de conhecimento, bem como diferentes níveis de ensino e etapas de escolarização, constituindo um projeto integrado de estágio¹⁵. Assim, enquanto o estágio realizado na disciplina Fundamentos Psicológicos da Educação tem como eixo principal a discussão das relações interpessoais no interior da sala de aula, em Política e Organização da Educação Básica no Brasil (Poeb) o estágio, realizado no mesmo semestre, na mesma escola, nas mesmas classes de 3ª e 4ª séries e de forma integrada pelas duas disciplinas, tem como foco a estrutura e o funcionamento escolares, bem como a relação com o entorno da escola (bairro, comunidade). Na disciplina de Didática II, o estágio ocorre em classes de 1ª e 2ª séries e o eixo de sua realização é a organização geral do ensino na sala de aula, analisada à luz do projeto pedagógico da unidade escolar. Logo após a realização desses três estágios de observação, os alunos iniciam os estágios propriamente de docência. Apesar dessa distinção entre estágios predominantemente de observação e de docência, tal separação refere-se a ênfases, já que nos estágios de observação, sempre entendida como observação participante¹⁶, os estagiários desenvolvem pequenas intervenções e nos estágios de docência também são realizadas observações. Desse modo, nos estágios de Fundamentos Psicológicos e Poeb, realizados conjunta e integradamente, os alunos desenvolvem atividades de intervenção (brincadeiras, jogos, leituras, gincanas) durante os horários de recreio das escolas em que estagiam e no estágio de Didática os alunos realizam pequenas intervenções em sala de aula, acordadas e discutidas com o professor responsável. Já a partir do terceiro ano do curso, os estágios de docência, quer sejam na Educação Infantil quer no Ensino Fundamental, envolvem a elaboração e o desenvolvimento de projetos de intervenção, para os quais é necessário um período de observação. Na disciplina Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental I (API: EF I) os estagiários desenvolvem projetos de intervenção relacionados à alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática em classes de 1ª e 2ª séries. Já em API: EF II os projetos dizem respeito ao ensino de Ciências, História e Geografia e são realizados em classes de 3ª e 4ª séries. Na área de Educação Infantil, o estágio está dividido em dois semestres; na disciplina Ação Pedagógica Integrada: Educação Infantil I (API: EI I), os alunos conhecem a estrutura e o funcionamento de uma creche ou pré-escola, bem como a organização do trabalho pedagógico junto a diferentes faixas etárias. No segundo semestre, em API: EI II, eles desenvolvem um projeto de intervenção que pode envolver uma ou mais turmas de crianças na mesma instituição em que realizaram as observações participantes no período anterior. (CORREA; PIOTTO, 2014, p. 65-67)

¹⁵ A distribuição entre as séries visa a garantir que os alunos tenham contato com as duas primeiras (1ª ou 2ª série/ano) e com as últimas séries (3ª ou 4ª série/ano e, a partir de agora, também o 5º ano) do Ciclo I do Ensino Fundamental. Além disso, para tal distribuição considera-se também a avaliação da realidade escolar associada às características específicas de cada estágio.

¹⁶ Por observação participante entendemos a participação ativa do estagiário no contexto observado. Assim, por exemplo, ao realizarem observações em sala de aula, os estagiários são orientados a perguntar ao professor responsável, caso esse deseje, de que maneira podem auxiliá-lo no desenvolvimento das atividades.

Os estágios em Gestão do Processo Educativo vinculam-se às disciplinas Gestão Educacional, Organização do trabalho na escola (I e II) e Atividades Práticas: gestão do processo educativo. A proposta de estágio, desenvolvida em um ano de trabalho letivo, visa a que os estudantes atuem como grupo em uma unidade de ensino, integrando três disciplinas. O grupo deve desenvolver atividades em três dimensões: a primeira delas de caráter investigativo, quando são coletados dados por meio de diferentes instrumentos (observação, entrevistas, questionários e análise documental) visando à contextualização da escola-campo; na segunda dimensão, de acordo com a proposta das disciplinas, desenvolvem-se projetos de intervenção, a partir de demandas da escola-campo, que deverão ser, posteriormente, objeto de análise e reflexão por parte dos estagiários. Finalmente, de posse dos dados e da experiência de atuação na escola, o grupo deve desenvolver pelo menos uma proposta subsidiária ao projeto pedagógico da escola. Os resultados são sistematizados em relatórios escritos por duplas.

O conjunto de atividades indicadas nos processos de estágio objetiva, reitera-se, contribuir para a formação de um profissional capaz de atuar coletivamente nas escolas (e na gestão de sistemas de ensino) com consistência teórica e compromisso político.

7. CONHECIMENTOS E SABERES RELACIONADOS À ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

O egresso do Curso de Pedagogia deve ser um profissional em educação, crítico, com sólida formação, capaz de diagnosticar problemas e apresentar soluções no campo da educação formal e não-formal, de modo a garantir o desenvolvimento de múltiplas competências e saberes à atuação do pedagogo.

Este profissional deve ser capaz de utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira para compreender o contexto social e a educação. Deve ser capaz de criar, planejar, realizar e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, articulando conhecimentos teóricos com a sua experiência prática. Além disso, este Pedagogo deve ser capaz de utilizar as modernas tecnologias educacionais, entendidas como um corpo de conhecimento científico que possibilita novas práticas de ensino, bem como elaborar e desenvolver o projeto político- pedagógico da instituição em que atua, de forma a consolidar o trabalho coletivo e interdisciplinar. Nesse sentido, o contexto formativo estará articulado ao exercício profissional do Pedagogo,

que incorpora estudos e práticas fundamentadas na história e na cultura da educação, na pesquisa, no conhecimento didático e nas relações entre educação e trabalho.

A formação do Pedagogo deve abranger uma consistente base teórica articulada à investigação e prática educacionais, com ênfase em conhecimentos específicos do campo da educação. Buscar-se-á:

- a) Compreensão ampla e consistente de fenômenos e de práticas educativas que se dão em diferentes âmbitos e especialidades;
- b) Compreensão do processo de construção do conhecimento do indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;
- c) Capacidade de formular e encaminhar soluções de problemas educacionais condizentes com a realidade sócio-cultural;
- d) Compreensão e valorização das diferentes linguagens manifestas na sociedade contemporânea e de sua função na produção do conhecimento;
- e) Compreensão e valorização dos diferentes padrões e produções culturais existentes na sociedade contemporânea;
- f) Capacidade de apresentar a dinâmica cultural e de atuar produtivamente em relação ao conjunto de significados que a constituem;
- g) Capacidade de estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- h) Capacidade de articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- i) Capacidade de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- j) Capacidade para atuar com portadores de necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar-lhes seus direitos de cidadania;
- k) Desenvolvimento de uma ética de atuação profissional e a conseqüente responsabilidade social;
- l) Articulação de atividades educacionais nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- m) Capacidade para elaboração do projeto pedagógico de forma coletiva, sintetizando as atividades de ensino e administração, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação e, também, por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;

- n) Capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem a superar a exclusão social;
- o) Capacidade de criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, bem como as respectivas didáticas;
- p) Capacidade de analisar diferentes materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- q) Capacidade de estabelecer relações de respeito e colaboração com a família dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e uma comunicação fluente entre eles e a escola.

8. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

Esta proposta foi elaborada a partir dos seguintes princípios, formulados pela ANFOPE (2000)¹⁷, a qual se constitui referência para o Curso de Pedagogia. São eles:

1. A formação para a vida humana, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens.
2. A docência e a pesquisa como fundamentos da formação profissional.
3. O trabalho pedagógico como foco formativo.
4. A sólida formação teórica em todas as atividades curriculares e ampla formação cultural.
5. A criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso.
6. A possibilidade de vivência pelos alunos, de formas de gestão democrática.
7. O desenvolvimento do compromisso social e político da docência.
8. A reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho.

¹⁷ ANFOPE. “Diretrizes Curriculares para os cursos de formação dos profissionais da educação”. Reunião anual da ANPED, 1998. (mimeo)

9. A avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação como parte integrante das atividades curriculares, entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso em questão.
10. O conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional.

8.1 Organização Curricular

A organização curricular aqui proposta constitui-se de **Núcleos de Formação (Artigo 6º, Resolução CNE/CP nº1/2006)**, que são concebidos e estruturados **com base na pesquisa e na prática educativa** como articuladores dos componentes curriculares, o que implica em diferentes possibilidades de desdobramentos operacionais, definidos no PPP. Compreende disciplinas, práticas educativas e práticas profissionais, articulando docência e gestão. A opção pela formação do licenciando pleno em Pedagogia requer um quadro de conteúdos curriculares pertinentes simultaneamente às diretrizes curriculares da educação infantil e ensino fundamental, bem como a inclusão de outros componentes curriculares prevendo-se a articulação dos conteúdos desenvolvidos no universo escolar, nas diferentes formas de gestão e coordenação do trabalho pedagógico e nos diversos níveis escolares. Um conjunto de disciplinas optativas e seminários avançados permite dar amplitude aos conteúdos pedagógicos de modo a atender os interesses dos alunos e possibilitar o aprofundamento dos temas. Alterações provenientes do contexto social, econômico e cultural impõem novos conteúdos que podem ser introduzidos no conjunto das disciplinas optativas, sem prejudicar o núcleo essencial da proposta curricular. Outro aspecto considerado no currículo refere-se à necessária articulação direta com as escolas e demais instâncias educativas da sociedade, num projeto que contemple a análise dos saberes nelas praticados como recurso para o preparo dos futuros pedagogos, bem como para a organização de programas de formação continuada dos profissionais dessas instâncias.

Os Núcleos de Formação são assim constituídos: **Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos; e, Núcleo de Estudos Integradores.**

8.1.1 Núcleo de Estudos Básicos

Privilegia a formação básica, isto é, contempla os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino e da aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento. Compreende, também, o estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- c) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação pedagógica, avaliação, etc. Este Núcleo é composto pelo **Contexto Histórico e Sócio-Cultural e o Contexto da Educação Básica - Conteúdos Didático-Metodológicos-Profissionais.**

a) Contexto Histórico e Sócio-Cultural

1. Fundamentos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos

1º Semestre

5961002 História da Educação

5961007 Filosofia da Educação I

5961085 Fundamentos Psicológicos da Educação I

5961124 Fundamentos Antropológicos em Educação

2º Semestre

5961125 História da Educação no Brasil

5961009 Filosofia da Educação II

5961010 Sociologia da Educação I

5961090 Fundamentos Psicológicos da Educação II

3 ° Semestre

5961144 Fundamentos Psicológicos da Educação III

5961142 Política Educacional e Organização da Educação Básica I

5961017 Sociologia da Educação II

4º Semestre

5961143 Política Educacional e Organização da Escola Básica II

b) Contexto da Educação Básica - Conteúdos Didático-Metodológico-Profissionais

1. Conteúdos curriculares e conhecimentos didáticos, da educação básica

3 ° Semestre

5961012 Didática I

5961132 Educação de Jovens e Adultos: Aspectos históricos, políticas públicas e sujeitos educandos

4 ° Semestre

5961089 Didática II

5961084 Fundamentos de Educação Especial

6 ° Semestre

5961123 Introdução à Língua Brasileira de Sinais

5961127 Fundamentos Históricos e Políticos da Educação Infantil Brasileira

7 ° Semestre

5961129 Concepções e Práticas Pedagógicas em Educação Infantil

5910221 Estatística Aplicada à Educação

8 ° Semestre

5961095 Teorias do Currículo

5961088 Financiamento da Educação no Brasil

2. Teorias pedagógicas em articulação às metodologias, tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao ensino

4 ° Semestre

5961020 Didática da Alfabetização: Teoria, Princípios e Procedimentos

5961082 Escrita, Alfabetização e Letramento: Uma Abordagem Histórica

5961130 Arte e Música na Educação: Fundamentos e Práticas

5 ° Semestre

5961021 Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa

5961022 Metodologia do Ensino de Matemática

5961024 Metodologia do Ensino de Ciências

5961026 Metodologia do Ensino de História e Geografia

6 ° Semestre

5961128 Educação e Cultura Corporal: Fundamentos e Práticas

3. Estudo dos processos de organização do trabalho pedagógico, gestão e coordenação educacional

6 ° Semestre

5961139 Gestão Educacional e Coordenação do Trabalho na Escola I

7 ° Semestre

5961140 Gestão Educacional e Coordenação do Trabalho na Escola II

4. Estudos dos processos formativos relacionados à prática educativa e ao exercício profissional

Quadro 1: Componentes curriculares relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado

Semestre Ideal	Disciplina	Carga Horária de Estágio	Supervisão em Horário de aula	Estágio: Principal Espaço para o Desenvolvimento das atividades
3º	5961069 - Fundamentos Psicológicos da Educação III	25 horas	Não	Sala de aula
3º	5961003 - Política Educacional e Organização da Escola Básica I	25 horas	Não	Escola
4º	5961089 - Didática II	30 horas	Não	Sala de Aula
5º	5961078 - Ação Pedagógica	60 horas	Sim	Sala de Aula

	Integrada: ensino Fundamental I			
6º	5961079 - Ação Pedagógica Integrada: ensino Fundamental II	60 horas	Sim	Sala de Aula
6º	5961025 - Gestão Educacional e Coordenação do trabalho na Escola I	30 horas	Não	Escola
7º	5961080 - Ação Pedagógica Integrada: Educação Infantil I	60 horas	Sim	Sala de Aula
7º	5961116 - Atividades Práticas: Gestão do Processo Educativo	50 horas	Não	Escola
8º	5961081 - Ação Pedagógica Integrada: Educação Infantil II	60 horas	Sim	Sala de Aula

8.1.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

Contempla situações específicas de cada região, considerando as especificidades e possibilidades institucionais, com a compreensão de que os componentes curriculares constitutivos desse Núcleo caracterizam o desenvolvimento de potencialidades e o enriquecimento teórico-prático do processo formativo. Portanto, não se distingue como ênfases, habilitações ou áreas de concentração, mas é voltado para as áreas de atuação profissional priorizadas no projeto pedagógico. No PPP de Pedagogia da FFCLRP, este Núcleo contempla as disciplinas optativas, do qual os alunos devem integralizar 270 horas. Atualmente as disciplinas optativas são as seguintes:

1º Semestre

5950267 Informática Instrumental

5961044 Novas Tecnologias de Comunicação e Informação

3º Semestre

- 5961147 Análise Retórica de Discursos Pedagógicos
- 5962083 Biblioteca Escolar: Atividades, Desenvolvimento de Habilidades e Recursos de Informação

6º Semestre

- 5961042 Seminários Avançados em Educação I
- 5940051 Problemas de Aprendizagem Escolar
- 5961047 Seminários: educação e trabalho
- 5961135 A Filosofia Educacional de John Dewey
- 5961138 Tópicos em Educação do Campo
- 5961145 Discutindo os Conceitos de Física com as Crianças Pequenas
- 5961043 Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil

7º Semestre

- 5961040 História e Filosofia da Ciência
- 5961131 Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso
- 5961038 Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem Oral
- 5961148 Avaliação da Aprendizagem e Prática Pedagógica

8º Semestre

- 5961048 Educação Ambiental
- 5961053 Educação a Distância: Fundamentos e Políticas
- 5961117 Seminários Avançados em Educação II
- 5961121 Estudos Textuais e Produção Linguística
- 5961039 Literatura Infantil
- 5961054 Práticas de Administração da Educação

5961046	Leitura e Produção de Textos
5961133	Gestão Educacional: Políticas, Processos e Cotidiano Escolar
5960120	Prática Musical na Formação Docente
5961092	História da Educação Infantil no Brasil
5961149	Supervisão e Coordenação Pedagógica: Fundamentos Teórico-Metodológicos
5961136	Cartografia Escolar
5961150	Escola, Infância e Cinema

8.1.3 Núcleo de Estudos Integradores

É tomado como espaço político-pedagógico de promoção da atitude investigativa. Nesse sentido, contempla diferentes modalidades de componentes curriculares, além de disciplinas. Constitui-se, portanto, como espaço flexível de mobilização para o espírito investigativo que proporcionará enriquecimento curricular. No Curso de Pedagogia da FFCLRP este Núcleo contempla as disciplinas voltadas para a área da pesquisa e Atividades Acadêmico-Científico Culturais.

Quadro 1: Componentes curriculares relacionados às Atividades Acadêmico – Científico-Culturais.

Semestre	Disciplina	Natureza	Carga mínima de atividades	Horária de
1º e 2º semestre de cada ano	AACC*	Obrigatória	200	

- Disciplina implantada a partir de 2010.

Quadro 2: Componentes Curriculares relacionados à Pesquisa

Semestre	Disciplina	Natureza	Carga mínima	Horária de

			atividades
1º	5961103 Organização do Trabalho Acadêmico	Obrigatória	60 (1 c/t)
4º	5961126 Seminários de Pesquisa em Educação	Obrigatória	60 (1 c/t)
2º	5961004 Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação	Obrigatória	60
	5961131 Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso		90

9. O CURSO DE PEDAGOGIA DA FFCLRP NO CONTEXTO DA DELIBERAÇÃO CEE 111/2012 e 126/2014

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, nesta versão (aprovada em reunião ordinária da COC realizada em 19 de agosto de 2015), incorpora revisões realizadas no âmbito dos programas das disciplinas e da estrutura curricular visando a atualização geral do projeto e o atendimento específico da Deliberação 126/2014 (SÃO PAULO, 2014)¹⁸ que alterou a Deliberação CEE 111/2012 (SÃO PAULO, 2012)¹⁹.

Especificamente em relação às últimas deliberações do CEE (126/2014 e 111/2012), o curso valoriza no programa das disciplinas, nas experiências de estágio e nas demais atividades vivenciadas pelos estudantes, os seguintes aspectos: o compromisso com a formação didático-pedagógica do docente para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão; o desenvolvimento cultural e profissional do futuro pedagogo; o domínio das diferentes áreas de conhecimento e de seus campos epistemológico e metodológico; o conhecimento sobre o aluno da educação básica; o conhecimento das dimensões política, cultural, social e econômica da educação; a produção de conhecimento a partir da experiência e a valorização da escola pública de educação básica como espaço de formação.

¹⁸ Altera dispositivos da Deliberação CEE 111/2012.

¹⁹ Fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual.

Em relação à carga horária apresentada no Art. 4º da Deliberação o projeto do curso foi analisado e o enquadramento das disciplinas do curso de Pedagogia está apresentado no Apêndice A deste Projeto, o qual evidencia que o currículo contempla plenamente a distribuição proposta pelo documento, em relação às áreas e respectiva carga horária.

Em relação ao Artigo 5º da Deliberação CEE 126/2014 é oportuno salientar que a totalidade das disciplinas do curso tem comprometimento com “os estudos da Língua Portuguesa falada e escrita, da leitura, produção e utilização de diferentes gêneros de textos” (inciso I), pois valorizam a análise, a interpretação e a produção de textos, os quais são lidos pelos docentes e discutidos com os estudantes. Nesse aspecto merecem destaque as disciplinas relacionadas aos estágios que, tal como já foi descrito no item 6.2 no tópico c.1, propõem a elaboração de cadernos de campo e de relatórios que são sistematicamente lidos e relidos pelos docentes e educadores, discutidos com os estudantes/estagiários nas supervisões de estágio e submetidos à reelaboração quando necessário. A partir dessa dinâmica o estagiário tem oportunidade de aprimorar, ao longo do curso, as habilidades de leitura, análise e produção de texto. Além desse tratamento dado pelo conjunto das disciplinas cabe destacar que as disciplinas obrigatórias *Escrita, Alfabetização e Letramento: uma abordagem histórica* (5961082), *Didática da Alfabetização: teorias, princípios e procedimentos* (5961020), *Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa* (5961021), *Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental I – Língua Portuguesa e Matemática* (5961078) e as disciplinas optativas *Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral* (5961038), *Estudos Textuais e Produção linguística* (5961121), *Literatura Infantil* (5961039) e *Leitura e Produção de Textos* (5961046) promovem, de maneira mais específica, a reflexão sobre a Língua Portuguesa, oral e escrita, a elaboração e o desenvolvimento de intervenções pedagógicas na área da Língua Portuguesa nas escolas campo de estágio e, ainda, o estudo de teorias que fundamentam as práticas de ensino de Língua Portuguesa e os processos de alfabetização e de letramento.

Os “estudos de Matemática necessários tanto para as atividades de ensino como para o uso e produção de indicadores e estatísticas educacionais” (inciso II) são possibilitados pelas disciplinas obrigatórias *Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental I – Língua Portuguesa e Matemática* (5961078), *Metodologia do Ensino de Matemática* (5961022), *Estatística aplicada à educação* (5910221) e *Financiamento da Educação no Brasil* (5961088).

Os “estudos de História sobre a constituição das grandes divisões sócio-políticas tanto do Brasil como do mundo globalizado” (inciso III) são realizados pelas disciplinas obrigatórias *História da Educação* (5961002), *História da Educação no Brasil* (5961125), *Ação*

Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental II – História, Geografia e Ciências (5961079), *Metodologia do Ensino de História e Geografia* (5961026) e pela disciplina optativa *Cartografia Escolar* (5961136).

Os “estudos de Geografia, indispensável para o trabalho em sala de aula, que propiciem a compreensão da presença e do papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos e grupos sociais na construção do espaço geográfico” são realizados pelas disciplinas obrigatórias *Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental II – História, Geografia e Ciências* (5961079), *Metodologia do Ensino de História e Geografia* (5961026) e pela disciplina optativa *Cartografia Escolar* (5961136).

As disciplinas obrigatórias *Ação Pedagógica Integrada: Ensino Fundamental II – História, Geografia e Ciências* (5961079) e *Metodologia do Ensino de Ciências* (5961024) e as disciplinas optativas *Discutindo os conceitos de física com as crianças pequenas* (5961145) e *Educação Ambiental* (5961048) promovem os “estudos de Ciências Naturais incluindo a compreensão da evolução da vida, do corpo humano e seu crescimento, da saúde e da doença” (inciso IV).

O curso também possibilita aos estudantes, pelo conjunto das disciplinas, a “utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) como recurso pedagógico e para o próprio desenvolvimento pessoal e profissional”. De maneira mais específica essas questões são tratadas pelas disciplinas *Informática Instrumental* (5960267), *Novas Tecnologias de Comunicação e Informação* (5961044) e *Educação a distância: fundamentos e políticas* (5961053), tal como proposto pelo inciso VI.

A “ampliação e enriquecimento da cultura geral incluindo experiências curriculares diversificadas que propiciem acesso, conhecimento e familiaridade com instituições e manifestações culturais, artísticas e científicas” (inciso VII) ocorre por meio das atividades e dos estudos propostos por todas as disciplinas e mais especificamente pelas *Atividades acadêmico-científico-culturais* (AACC), pelas disciplinas obrigatórias *Educação e Cultura Corporal: fundamentos e práticas* (5961128) e *Arte e Música na Educação: fundamentos e práticas* (5961130) e pelas disciplinas optativas *Prática Musical na Formação Docente* (5960120) e *Escola, Infância e Cinema* (5961150). É importante salientar que os aspectos indicados pelo inciso VII são realizados também pelas atividades interdisciplinares que fazem parte do currículo do curso como a Semana da Educação, a Mostra de Trabalhos de Pesquisa do Curso de Pedagogia, as Viagens Didáticas, dentre outras.

Os demais aspectos indicados nos Artigos 5º e 6º da Deliberação são também desenvolvidos pelas disciplinas e pelos estágios, o que pode ser verificado no Apêndice A, nos programas das disciplinas e nos projetos de estágios.

O projeto de estágio do curso de Pedagogia atende plenamente as indicações da Deliberação 126/2014, também pelo fato de considerar a escola pública de educação básica como *lócus* de desenvolvimento das atividades. Além disso, inclui o “apoio efetivo ao exercício da docência na pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental” com a realização de observação participante e intervenções planejadas e desenvolvidas com subsídio teórico-prático das disciplinas, dos docentes e dos educadores da Universidade e dos professores da escola campo de estágio. O projeto de estágio também contempla “horas dedicadas às atividades de gestão do ensino, nelas incluídas, entre outras, as relativas a trabalho pedagógico coletivo, conselho de escola, reunião de pais e mestres, reforço e recuperação escolar, em pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental” e, ainda, “horas de atividades teórico práticas e de aprofundamento em áreas específicas”. Tais aspectos estão detalhadamente descritos neste Projeto Pedagógico (no item 6.2, tópico c.1), nos programas das disciplinas e seus respectivos projetos de estágio e em dois livros publicados com artigos produzidos por docentes e educadores envolvidos com o estágio do curso. São eles: PACÍFICO, S. M. R. *Docência e Gestão: aprendizagem em situação de estágio*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2010.e PACÍFICO, S. M. R; ARAÚJO, E.S. *O estágio e a produção do conhecimento docente*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.

10. EIXOS DO CURSO DE PEDAGOGIA -

O Curso de Pedagogia da FFCLRP/USP, além dos princípios acima citados, é organizado pelos seguintes eixos:

1. Flexibilização na organização curricular
2. Distribuição da prática de ensino/estágio ao longo do curso.
3. Estímulo à iniciação dos alunos em atividades de pesquisa.

10.1 Flexibilização na organização curricular

A flexibilidade ocorrerá por meio da oferta de disciplinas optativas que o aluno escolhe, de forma a buscar um aprofundamento na (s) sua (s) área (s) de interesse, podendo abarcar disciplinas oferecidas pelo curso de Pedagogia ou por outros cursos da Instituição.

Dentre o rol de optativas, merecem destaque as disciplinas de Seminários Avançados em Educação I e Seminários Avançados em Educação II, as quais têm favorecido a discussão de temas atuais que perpassam a formação do educador. São exemplos de temáticas

discutidas nessas disciplinas nos anos de 2013 e 2014: “Direito, qualidade e relações sociais na escola”; “Cultura e Diversidade Étnico-racial na Educação”, “Análise Retórica de Discursos Pedagógicos” e “Pedagogia histórico-cultural: a perspectiva de Anton Makarenko”. Pelo exposto é possível verificar que as disciplinas descritas possibilitam enriquecer e flexibilizar o currículo do curso tratando de temáticas atuais, demandadas pelo próprio contexto educacional e pelo dos estudantes.

10.2 Distribuição da prática de ensino/estágio ao longo do curso: a importância da prática na formação do profissional da educação

A atividade prática no Curso de Pedagogia representa o espaço por excelência da vinculação entre a formação teórica e o início da vivência profissional, supervisionada pela instituição formadora. Assim, o conjunto de disciplinas “*Ação Pedagógica Integrada*” e as demais que contemplam carga horária de estágio propiciam momentos articuladores entre os estudos teóricos do Curso e a docência vivenciada nas escolas que servem como campo de estágio. Cabe ressaltar o importante papel de estímulo a uma formação científica sólida propiciada por estas disciplinas-estágio, em especial através dos relatórios de estágio, nos quais os alunos empreendem um esforço de articulação de conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos em diferentes disciplinas.

A importância da prática decorre do significado que se atribui à competência do professor para ensinar e fazer aprender. Competências são formadas na prática, desde que esta seja contextualizada mediante sólido suporte teórico-metodológico, o que remete à relevância das disciplinas que apresentam e discutem os fundamentos da pedagogia como atividade histórica e socialmente constituída. Na formação do professor, o termo prática tem três sentidos complementares e inseparáveis. O primeiro refere-se à contextualização, relevância, aplicação e pertinência do conhecimento das ciências que explicam a natureza e o mundo social; em segundo lugar, o termo prática identifica-se com o uso eficaz das linguagens como instrumentos de comunicação e de organização cognitiva da realidade natural e social; em terceiro lugar, a prática tem o sentido de ensinar, referindo-se à transposição didática do conhecimento das ciências, das artes e das letras para o contexto do ensino de crianças e adolescentes em escolas de educação básica.

A atividade prática não deve ser entendida apenas como estágio que demanda uma supervisão individual do aluno, mas sim, como conjunto de atividades que integrem os diferentes componentes curriculares do Curso de Pedagogia, com os desafios e necessidades de formação deste profissional. Os professores são profissionais da organização de situações de aprendizagem. As competências desse

profissionais são, ao mesmo tempo, de ordem cognitiva, afetiva, prática e social. Trata-se de um conjunto diversificado de saberes profissionais, de esquemas de ação e de atitudes mobilizados durante o exercício de ensinar, postos e analisados sob o crivo dos saberes que situam o professor no âmbito do desenvolvimento histórico da sociedade.

Há uma relação entre teoria e prática que é específica da formação do professor: a aprendizagem da transposição didática do conteúdo, seja ele teórico ou prático. O objetivo do curso de formação docente é o ensino; portanto, cada conteúdo aprendido pelo futuro professor, em sua formação universitária, precisa estar permanentemente relacionado com o ensino desse mesmo conteúdo na educação básica. Em todas as disciplinas do Curso, isso implica um tipo de organização curricular que permita, também, a transposição didática dos conteúdos aprendidos, fazendo da prática de ensino uma área transdisciplinar no currículo de formação docente, o que exige a contextualização do que está sendo aprendido na realidade da educação básica. A dupla relação entre teoria e prática dá significado, por sua vez, ao papel da pesquisa na formação do professor, ou seja, a competência para refletir sobre a atividade de ensinar e formular alternativas para seu aperfeiçoamento, pois o ensino e a aprendizagem constituem-se, por excelência, como objeto da pesquisa.

Portanto, a atitude investigativa que é objeto da formação, alia-se à observação crítica, à participação nas situações didáticas de simulação e inserção na prática profissional, constituindo os elementos definidores da formação e do estabelecimento de conteúdos para o desenvolvimento de um projeto coletivo de Estágio em docência e gestão elementos estes que assim definem o perfil da formação do profissional da educação, no Curso de Pedagogia.

10.2.1 As bases legais das Práticas de Ensino

A LDB 9394/96 em seu artigo 65 estabelece que *“a formação docente , exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas”*. Ao estabelecido na lei somam-se as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP 01/2002 e 02/2002) referentes à formação de professores da Educação Básica em nível superior. Ainda a esse respeito, há uma deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE 12/97) que fixa as normas para a realização dos estágios na formação docente e que é acompanhada de uma indicação (CEE 11/97), cujas reflexões devem ser consideradas para as reformulações sugeridas nesta proposta. Da Deliberação em questão, interessa destacar, em particular, o artigo 3.o, o qual ressalta que a programação das atividades da prática de

ensino atenderá a diretrizes fixadas pelo conjunto de docentes, de maneira a fornecer aos alunos uma visão geral das tarefas, objetivos e problemas concretos dos professores e demais profissionais de educação inseridos em uma instituição escolar.

Assim concebida, a prática de ensino deixa de ser o contato com as atividades de um ou outro professor isolado, para ser o contato com o cotidiano de uma instituição escolar, capaz de ilustrar e problematizar os conteúdos constituintes de seus estudos sobre educação. Tanto a atual LDB, como a legislação do CEE, parecem insistir no fato de que o exercício da profissão docente se dá dentro de um quadro institucional, que não prescinde da transmissão de certos conteúdos específicos, mas não se esgota neles, posto que se funda em e visa a certos valores consagrados dessa instituição. A formação do cidadão, por exemplo, considerada objetivo primordial das instituições escolares de ensino fundamental e médio, não é resultante da somatória de saberes específicos, mas de uma série de compromissos (práticos e discursivos) das instituições escolares com um conjunto de valores.

A concepção de prática de ensino, cujas diretrizes sejam objeto de preocupação de diversas disciplinas que compõem o curso de Pedagogia, pode resultar em uma interação proveitosa no sentido de ilustrar uma série de problemas e preocupações das disciplinas que têm como objeto de estudo as instituições escolares e o trabalho docente, ainda que, a partir de perspectivas ou recortes específicos.

10.3 Estímulo à iniciação dos alunos em atividades de pesquisa

O contato com a pesquisa, em suas variadas formas, deve permear todas as atividades desenvolvidas no curso. Ao trabalhar os conteúdos específicos de sua disciplina, o professor pode e deve mostrar ao aluno que os conhecimentos da área de educação decorrem de investigações científicas, as quais adotam métodos peculiares e atingem resultados que são indispensáveis à pedagogia. Essas atitudes, quando difundidas no dia-a-dia da sala de aula, contribuem de forma decisiva para a formação científica do graduando. Além disto, o aluno será constantemente incentivado ao envolvimento em atividades de iniciação científica, seja através do envolvimento em grupos de estudo e projetos dos docentes, seja através da participação em eventos científicos e em projetos de extensão dos conhecimentos produzidos pela Universidade. Aqueles alunos que desejarem, o curso oferece a possibilidade de realização de uma Monografia, entendida como um trabalho de cunho científico, realizado sob a supervisão de um professor orientador, elaborada com rigor acadêmico e que seja exequível para um aluno de graduação, a ser defendida perante uma banca avaliadora.

Para estimular e garantir o envolvimento de todos os alunos com as atividades investigativas de caráter científico, e não apenas daqueles que optarem pela monografia, consta na estrutura curricular, a partir de 2006 cinco disciplinas obrigatórias (Organização do Trabalho Acadêmico, Introdução à Pesquisa Educacional, Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação, Seminários de Pesquisa em Educação I e Seminários de Pesquisa em Educação II), oferecidas nos dois primeiros anos do curso. Além disto, a partir do 5º Semestre inicia-se uma série de disciplinas denominadas *Atividades Acadêmico-Científico-Culturais I, II, III e IV* cujos créditos serão atribuídos em função do envolvimento dos alunos, seja nas atividades relativas à monografia, para os que escolherem esta vertente, seja em outras atividades que também representem um efetivo engajamento dos alunos na sua formação científica, como é o caso da Iniciação Científica, da participação em Congressos e Simpósios, entre outras.

11. MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

A introdução da Monografia de Conclusão de Curso, articulada preferencialmente às atividades desenvolvidas nas práticas pedagógicas (de ensino) e nos estágios supervisionados, e à participação em diferentes projetos educativos desenvolvidos pela instituição formadora, constitui-se em instrumento que possibilita a formação na pesquisa fundada na possibilidade de intervenção e transformação das práticas educativas que ocorrem na sociedade. No Curso de Pedagogia da FFCLRP a monografia é opcional para o aluno. Mas, considerando a pesquisa também como eixo formativo, o docente tem incentivado os alunos para a elaboração deste trabalho acadêmico.

O Regulamento para a realização de Monografias foi aprovado pela CoC de Pedagogia em 28 maio de 2015 e está apresentado a seguir:

Regulamento para a realização de Monografias – versão 2015

1. Considera-se monografia um trabalho acadêmico resultante de pesquisa sobre temática pertinente ao campo da educação, exequível em nível de graduação e supervisionado por um orientador, a quem cabe definir, juntamente com o aluno, as características da investigação a ser desenvolvida.

2. A Monografia deve ser redigida em moldes acadêmicos de acordo com as normas atualizadas da ABNT²⁰, consistindo de:

Elementos pré-textuais – São os elementos que antecedem a parte textual do trabalho, auxiliando na identificação e utilização do trabalho acadêmico. São eles: capa, lombada, folha de rosto, errata, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, listas e sumário.

Elementos textuais – Parte do trabalho onde é exposto o texto, propriamente dito, o qual deve ser dividido em Introdução (com explicitação dos referenciais teórico-metodológicos, justificativa e objetivos da pesquisa), Desenvolvimento (dividido em Capítulos) e Conclusão (ou considerações finais).

Elementos pós-textuais – São os elementos que sucedem a parte textual do trabalho, com a função de complementar o texto. São eles: Referências, Glossário, Apêndice, Anexo e Índice.

3. A orientação de monografias é atribuição dos docentes vinculados ao Curso de Pedagogia, prioritariamente, podendo ser feita por docentes do Departamento de Educação, Informação e Comunicação e de outros Departamentos deste *campus*, exigida a titulação mínima de mestre.

4. Outros profissionais vinculados às unidades de ensino deste *campus*, como educadores e alunos de pós-graduação, podem solicitar credenciamento como orientadores, observando-se a exigência do título de mestre.

5. Os alunos que optarem pela atividade de monografia devem fazer a escolha de um orientador, preferencialmente, até o decorrer do quinto semestre do curso. O orientador informará à Comissão Coordenadora do Curso o aceite do vínculo de orientação.

6. No segundo semestre de cada ano será realizada uma Mostra, com o objetivo de apresentar os trabalhos de pesquisa dos alunos, seja na forma de projeto, seja na forma de trabalho em andamento. Verificar os dias de realização da Mostra e os prazos para submissão de trabalhos no Anexo 2.

²⁰ Consultar as “Diretrizes para Apresentação de Teses e Dissertações à USP” – Parte I ABNT, constante no sítio da Biblioteca Central USP Ribeirão Preto < <http://www.bcrp.pcarp.usp.br/serv5-norma.asp>>.

7. Para realização da monografia não é preciso matrícula em disciplina específica, portanto, a defesa da monografia não resulta em atribuição de nota. Será indicada aprovação ou reprovação. Em caso de aprovação do trabalho, será emitido um comprovante.
8. Com a defesa e a aprovação do trabalho de monografia o aluno poderá requerer a atribuição de 80 horas para as “Atividades Acadêmico-Científico-Culturais” (AACC de 200 horas).
9. Alunos que já concluíram o curso terão o prazo máximo de um semestre para defesa da monografia, após a formatura, respeitando os prazos regulares (datas para depósito e defesa) estabelecidos anualmente pela comissão. Em caso de aprovação do trabalho, será emitido um comprovante idêntico aos dos alunos regulares que defenderem a monografia.
10. O depósito da monografia deve ser feito 30 dias antes do encerramento do semestre letivo, conforme o calendário acadêmico em vigor. Tanto no primeiro quanto no segundo semestres, as bancas examinadoras serão constituídas em seguida ao término deste prazo. (Excepcionalmente, no 1º semestre de 2015, o depósito de monografia poderá ocorrer até 29/06 – Veja Anexo 2);
11. A banca examinadora da monografia é constituída pelo orientador (que a presidirá) e por dois avaliadores, sendo, **ao menos**, um deles docente ou educador do Departamento de Educação, Informação e Comunicação, ambos portadores do título de mestre, no mínimo.
12. Em caso de pequenas modificações formais no texto sugeridas pela banca quando da defesa, entregar a versão final para arquivamento antes do prazo final para inserção de notas.
15. A Comissão de Monografia, designada pela Coordenação do Curso de Pedagogia, é responsável pelo credenciamento de orientadores, pelo registro do depósito de monografias, pela composição das bancas (sugeridas pelos orientadores), pelo estabelecimento das datas de defesa e pela emissão de certificados.

Formatação Gráfica da Monografia

(OBS.: Seguem algumas informações gerais. Para elaboração da monografia, acessar as “Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP”)

1. O texto da monografia deve ser digitado em formato Word, A4, margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas, alinhamento “justificado”.

2. A numeração das páginas deve ser no alto e à direita.

3. As transcrições de mais de três linhas devem usar a mesma fonte, em tamanho 11, espaço simples, sem aspas e com recuo de 4 cm da margem esquerda.

4. As referências bibliográficas devem obedecer ao seguinte padrão:

- Referência a autores no corpo do texto, deixando as notas de rodapé exclusivamente para comentários.
- Quando o nome do autor citado fizer parte da frase, colocar, por exemplo: “Segundo Silva (1998)” ou “Segundo Silva (1998, p. 10)”, conforme o caso.
- Quando o nome do autor citado não fizer parte da frase, colocar, por exemplo: “Considera-se que essa teoria é equivocada (SILVA, 1998)” ou “Considera-se que essa teoria é equivocada (SILVA, 1998, p. 20)”, conforme o caso.
- A seção Referências, ao final do texto, deve ser organizada segundo os parâmetros habituais, conforme os seguintes exemplos, para livro e para artigo de periódico, respectivamente:

SILVA, Roberto Carlos. *As idéias pedagógicas no Brasil: um quadro geral*. São Paulo: Pioneira, 1990.

SILVA, Roberto Carlos. As políticas públicas no Brasil: do século XX à atualidade. *Revista Brasileira de Política Educacional*, São Paulo, v. 3, n. 24, p. 3-23, jan. 2000.

Ribeirão Preto, maio de 2015.
(Regulamento aprovado pela CoC Pedagogia em 28/05/2015)

12. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (CÓD. 5941122 AACC DO CURSO DE PEDAGOGIA).

Estas atividades compõem o currículo e foram elaboradas para atender o disposto na Resolução CNE 02/2002. (Aprovado em reunião da CoC Pedagogia em 15 de março de 2012 e alterado em 01 de abril de 2015.)

A Comissão Coordenadora do Curso de Pedagogia, na perspectiva de orientar os graduandos na realização da disciplina AACC 200 horas (cód. 5941122), estabelece critérios para o cumprimento das atividades acadêmico-científico-culturais, de tal modo que estas possam ser realizadas autonomamente pelos estudantes, mantendo, todavia, o propósito de ampliação do universo cultural do futuro professor, tal como o prevê a legislação e o projeto pedagógico do curso.

1. Da Carga horária atual

A carga horária em AACC é de no mínimo 200 horas até o final do curso de graduação (Res. CNE/CP, 2/2002), sendo validadas somente as atividades realizadas após o ingresso do estudante.

2. Das Atividades

Para efeito de cômputo das AACCs, são consideradas as seguintes atividades:

- a. Participação em grupo de estudos na USP;
- b. Realização de pesquisa (Iniciação Científica) na USP com ou sem financiamento;
- c. Realização de pesquisa Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência;
- d. Participação em atividades de extensão na USP, como por exemplo, Projeto Rondon, atividades da PROCEX, monitoria de disciplina;
- e. Elaboração de monografia nos termos regulamentados pela CoC Pedagogia;
- f. Audiência a congressos, seminários, colóquios, palestras, mesas-redondas, debates relacionados à área da Educação ou temáticas importantes para o campo das Humanidades, como por exemplo, equipamentos e recursos públicos, políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, à assistência social, à saúde;
- g. Participação em eventos como apresentador de trabalho, coordenador de sessão, membro da comissão organizadora;
- h. Publicações em revistas científicas ou outros veículos de comunicação impressas ou eletrônicas;
- i. Publicações em anais de congressos científicos (resumos, resumos expandidos e trabalhos completos);

- j. Participação em atividades culturais promovidas no *campus* - eventos de diferentes naturezas, como ciclos e mostras de cinema, teatro, dança, música;
- k. Participação em cursos extracurriculares (na USP ou em outras instituições). São compreendidos como cursos extracurriculares para efeito das AACCs: cursos de idiomas, cursos de informática, cursos relacionados às diferentes linguagens artísticas (aprendizagem de instrumentos musicais, de técnicas de teatro, de desenho, pintura, escultura) ou outros relacionados à formação do pedagogo (confecção de bonecos, de máscaras, contação de histórias);
- l. Participação em comissões constituídas no âmbito do Curso de Pedagogia;
- m. Participação em diretoria de organizações estudantis.

3. Da Carga Horária de cada Atividade

Atividade	Limites de horas por atividade	Limite total de horas
Participação em grupos de estudos na USP	Comprovação das horas mediante declaração do docente responsável	60
Realização de pesquisa (Iniciação Científica) na USP com ou sem financiamento, Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Tutoria com bolsa	50h por pesquisa (ano)	100
Participação em atividades de extensão na USP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Rondon: 25h por participação; ▪ Aprender com Cultura e Extensão: 50h por projeto; ▪ Cursos de Extensão Universitária: será considerada a carga horária do curso no limite de 50h 	100
Monografia		80

Audiência a congressos, seminários, colóquios, palestras, mesas-redondas, debates relacionados à área da Educação ou temáticas importantes para o campo das Humanidades	Comprovação das horas mediante certificado	100
Participação em eventos como apresentador de trabalho, coordenador de sessão, membro da comissão organizadora	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação: 20h por trabalho; ▪ Coordenação de Sessão: 20h por participação; ▪ Comissão Organizadora: 25h por participação 	100
Publicações em revistas científicas ou outros veículos de comunicação, impressas ou eletrônicas	40h por publicação	80
Publicações em anais de congressos científicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resumos: 10h para cada ▪ Resumos expandidos: 20h para cada ▪ Trabalhos Completos: 40 para cada 	40 60 80
Participação em atividades culturais promovidas no <i>campus</i> - eventos de diferentes naturezas, como ciclos e mostras de cinema, teatro, dança, música	Comprovação das horas mediante certificado ou declaração ou atestado	80
Participação em cursos extracurriculares (ver 2. Das atividades - item j)	Comprovação das horas mediante certificado do curso	80

Participação em comissões constituídas no âmbito do Curso de Pedagogia (permanentes ou temporárias)	Comprovação da participação discente mediante declaração emitida pelo presidente da comissão, indicando a carga horária da atividade.	80
Participação em diretoria de centros acadêmicos e outras formas de organização estudantil na Universidade	40h por ano	80

4. Docentes responsáveis

A disciplina será oferecida no 1º e 2º semestre de cada ano, ficando sob a responsabilidade de um docente do curso, em sistema de rodízio.

5. Documentação e Procedimentos

1. São documentos comprobatórios de realização das AACCs: cópias de certificados, declarações e atestados com registro de carga horária e discriminação das atividades realizadas;
2. Os documentos devem ser anexados ao Formulário de AACC (anexo 1) devidamente preenchido com o resumo das atividades. O formulário será retirado na Secretaria do da CoC; todo material (formulário + documentação comprobatória) será devolvido no mesmo local.
3. Caso os professores não aceitem validar algum tipo de atividade constante da documentação, o estudante deverá ser comunicado antes do término dos prazos de registro e validação das notas para que possa proceder às correções necessárias;
4. Os documentos devem ser entregues na Secretaria do Curso de Pedagogia onde ficam arquivados. No ato de entrega dos documentos, o estudante receberá protocolo comprobatório.

6. Observações Gerais

O aluno pode realizar as atividades acadêmico-científico-culturais desde o primeiro semestre do Curso. No entanto, apresentará os documentos comprobatórios à Comissão Responsável no semestre em que efetivar a matrícula em AACC e após integralizar a carga horária de 200 (duzentas) horas.

Casos omissos ou atividades não previstas nesta regulamentação serão decididos pela CoC Pedagogia.

13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A regulamentação do Curso de Pedagogia – Currículo 59052 - às Normas da Formação de Professor para a Educação Básica (Parecer CNE/CP/9/2001, Resoluções CNE/CP/1/2002 e 2/2002) e ao Programa de Formação de Professores da USP foi aprovada pela CoC.

Em relação à prática como componente curricular o Parecer do CNE/CP - 9/2001 ressalta que “uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento (...) presente nos cursos de formação no momento em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional”. * (grifos nossos).

Assim, a prática como componente curricular, em seu sentido amplo – que não se confunde com a antiga disciplina “Prática de Ensino”, então ligada aos estágios – deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se voltam para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições educacionais e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico.

A Comissão Interunidades de Licenciatura - CIL propõe que a carga de 400 horas desse componente comum seja compartilhada entre as Unidades de origem do licenciando e os Departamentos responsáveis pela oferta das disciplinas pedagógicas. O Departamento Educação, Informação e Comunicação é responsável pela oferta de 400 horas, tendo em vista a especificidade do Curso de Pedagogia.

a) Quanto aos critérios utilizados:

- Disciplinas que fazem parte dos Fundamentos de Educação – 10 e 15 horas.
- Disciplinas relacionadas à docência e Gestão Educacional - 20 horas.
- Os créditos de PCC foram alocados nas disciplinas obrigatórias.

Salientamos que a referida carga horária destinada ao PCC constará no Sistema Júpiter da Graduação, nas colunas devidas, tal como mostra a Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Distribuição da carga horária de Prática como Componente Curricular.

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	PROFESSOR RESPONSÁVEL	CARGA HORÁRIA	HORAS PCC
5961002	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	PROF. DR. SÉRGIO CESAR DA FONSECA	60	15
5961004	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	PROF DR SÉRGIO CESAR DA FONSECA	60	10
5961007	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	PROF. DR. MARCUS VINICIUS DA CUNHA	60	15
5961009	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	PROF. DR. MARCUS VINICIUS DA CUNHA	60	15
5961010	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	PROF. DR. MARCOS CASSIN	60	15
5961012	DIDÁTICA I	PROF ^a DR ^a NOELI PRESTES PADILHA RIVAS	60	20
5961017	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	PROF. DR. MARCOS CASSIN	60	15
5961020	DIDÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO: TEORIA, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS	PROF ^a DR ^a FILOMENA ELAINE DE PAIVA ASSOLINI	60	20
5961021	METODOLOGIA DO ENSINO DÁ LINGUA PORTUGUESA	PROF ^a DR ^a SORAYA MARIA ROMANO PACÍFICO	60	20
5961022	METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA	PROF ^a DR ^a ELAINE SAMPAIO ARAÚJO	60	20
5961024	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	PROF ^a DR ^a CLARICE SUMI KAWASAKI PROF ^a DR ^a MARIA ELENA INFANTE-MALACHIAS	60	20
5961026	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	PROF ^a DR ^a ANDREA COLEHO LASTORIA	60	20
5961084	FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROF ^a DR ^a ANA CLAUDIA BALIEIRO LODI	30	10
5961088	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	PROF. DR. JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO	60	10
5961090	FUNDAMENTOS	PROF ^a DR ^a DEBORA	60	15

	PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO II	CRISTINA PIOTTO		
5961095	TEORIAS DO CURRÍCULO	PROF ^a DR ^a NOELI PRESTES PADILHA RIVAS	90	20
5961085	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO I	PROF ^a DR ^a ANA RAQUEL LUCATO CIANFLONE	60	10
5961125	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	PROF. DR. SÉRGIO CESAR DA FONSECA	60	15
5961127	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA	PROF ^a DR ^a BIANCA CRISTINA CORRÊA	90	20
5961129	CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL	PROF ^a DR ^a BIANCA CRISTINA CORRÊA	90	20
5961130	ARTE E MÚSICA NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	PROF ^a DR ^a BIANCA CRISTINA CORRÊA	60	20
5961132	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS EDUCANDOS	PROF. DR. ELMIR DE ALMEIDA	90	20
5961140	GESTÃO EDUCACIONAL E COORDENAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA II	PROF ^a DR ^a TEISE DE OLIVEIRA GUARANHA GARCIA	60	20
5961142	POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA I	PROF. DR. ELMIR DE ALMEIDA	60	15
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PCC				400

14. VAGAS OFERECIDAS:

- Cinquenta (50)
- Turno: Noturno

15. REGIME DE MATRÍCULA: Semestral

16. ESTRUTURA GERAL DO CURSO

Currículo 59051- O Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, administrativamente configurado na Universidade de São Paulo, tem a duração mínima de 04 anos, cujo currículo número 59051, aprovado para o ano de 2008, com carga horária de 3.315 horas (2.175 horas de créditos-aula + 849 horas de crédito trabalho + 300 horas de disciplinas optativas livres), no qual o aluno deve cursar: 43 disciplinas obrigatórias, que atendem a formação comum, 27 disciplinas optativas livres (das quais os alunos devem cursar 300 horas como mínimo a compor o currículo) e 420 horas de estágio curricular supervisionado, consubstanciado nas disciplinas específicas de estágio (Ação Pedagógica Integrada – Ensino Fundamental I e II, Ação Pedagógica Integrada – Educação Infantil I e II; Atividades Práticas: Gestão do Processo Educativo) e as que contemplam carga horária de estágio (Didática II, Fundamentos Psicológicos da Educação III e Política Educacional e Organização da Escola Básica II) em consonância com a legislação vigente.

Currículo 59052- O Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, administrativamente configurado na Universidade de São Paulo, tem a duração mínima de 04 anos, cujo currículo número 59052, proposto no ano de 2010 para implantação gradativa a partir de 2011, com carga horária de **3440** (2.190 horas de créditos-aula + 780 horas de crédito trabalho + 270 horas de disciplinas optativas livres + 200 horas Atividades Acadêmico-científico-culturais). Nesse percurso curricular os alunos devem cursar disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas livres, 400 horas de estágio curricular supervisionado, consubstanciado nas disciplinas específicas de estágio (Ação Pedagógica Integrada – Ensino Fundamental I e II, Ação Pedagógica Integrada – Educação Infantil I e II; Atividades Práticas: Gestão do Processo Educativo) e as que contemplam carga horária de estágio (Didática II, Fundamentos Psicológicos da Educação III e Política Educacional e Organização da Escola Básica I, Gestão Educacional e Coordenação do Trabalho na Escola I) e 200 horas de AACC em consonância com a legislação vigente.

17. ACOMPANHAMENTO DO CURSO

A Pedagogia conta com uma Coordenação de Curso – COC de Pedagogia (Resolução CoG 3740, de 25/09/90 – Pró-Reitoria de Graduação) e agrega-se à Comissão de Graduação da FFCLRP. A COC é formada por 04 membros titulares, 04 membros suplentes e representação discente (um titular e um suplente, representantes do CEPEd). As reuniões são mensais, e há uma participação efetiva de docentes e técnicos do curso, não se restringindo apenas aos membros representantes.

Cabe à coordenação de Curso atender as funções e tarefas determinadas pela citada resolução, na especificidade do Curso de Pedagogia, ressaltando as seguintes atividades:

- emitir pareceres, com base em discussões coletivas e representatividade dos colegiados;
- analisar matérias de natureza administrativa, pedagógica e técnica, necessárias ao funcionamento geral do curso;
- orientar os alunos, individualmente ou coletivamente, quanto a: planos de curso, na sua composição; solicitações individualizadas, constituídas ou não em processos e matérias específicas; acompanhamento de alunos na consecução de sua trajetória acadêmica;
- apoiar e coordenar iniciativas de diversas naturezas; e
- atender a solicitações emanadas das instâncias institucionais.

18. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

18.1 Estrutura Curricular de 2017 – Currículo 59052

ANEXO A

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO CURSO: PEDAGOGIA Código do Curso: 59052 PERÍODO: NOTURNO (Implantação gradativa – ingressantes a partir de 2011)	DURAÇÃO: Ideal: 8 semestres Mínima: 8 semestres Máxima: 12 semestres
---	---

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DISCIPLINAS		CRÉDITOS			Carga Horária Semestral	Semestre Ideal
		Requisito	Conjunto	Aula	Trab	Total		
5961103	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	-	-	2	1	3	60	1º
5961085	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO I	-	-	4	0	4	60	1º
5961002	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	-	-	4	0	4	60	1º
5961124	FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	-	-	4	0	4	60	1º
5961007	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	-	-	4	0	4	60	1º
				18	1	19	300	
5961090	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO II	5961085	-	4	0	4	60	2º
5961125	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	5961002	-	4	0	4	60	2º
5961010	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	-	-	4	0	4	60	2º
5961009	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	5961007	-	4	0	4	60	2º
5961004	METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	-	-	4	1	5	90	2º
				20	1	21	330	
5961142	POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA I (25 horas de estágio)	-	-	4	1	5	90	3º
5961144	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO III (25 horas de estágio)	5961090	-	4	1	5	90	3º
5961012	DIDÁTICA I	-	-	4	0	4	60	3º
5961017	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	5961010		4	0	4	60	3º
5961132	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS EDUCANDOS			4	1	5	90	3º

				20	3	23	390	
5961089	DIDÁTICA II (30 horas de estágio)	5961012	-	4	1	5	90	4°
5961082	ESCRITA, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	-	-	2	0	2	30	4°
5961130	ARTE E MÚSICA NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	-	-	4	0	4	60	4°
5961020	DIDÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO: TEORIA, PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS	-	-	4	0	4	60	4°
5961143	POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA II	5961142	-	4	0	4	60	4°
5961084	FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	2	0	2	30	4°
5961126	SEMINÁRIOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	-	-	2	1	3	60	4°
				22	2	24	390	
5961026	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	-	-	4	0	4	60	5°
5961021	METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	4	0	4	60	5°
5961022	METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA	-	-	4	0	4	60	5°
5961024	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	-	-	4	0	4	60	5°
5961078	AÇÃO PEDAGÓGICA INTEGRADA: ENSINO FUNDAMENTAL I (60 h estágio)	-	5961021 5961022	4	3	7	150	5°
				20	3	23	390	
5961127	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA	-	-	4	1	5	90	6°
5961079	AÇÃO PEDAGÓGICA INTEGRADA: ENSINO FUNDAMENTAL II (60 horas estágio)	5961024 5961026	-	4	3	7	150	6°
5961139	GESTÃO EDUCACIONAL E	-	-	4	1	5	90	6°

	COORDENAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA I (30 horas estágio)							
5961128	EDUCAÇÃO E CULTURA CORPORAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	-	-	4	0	4	60	6º
5961123	INTRODUÇÃO À LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	-		2	0	2	30	6ª
				18	5	23	420	
5961129	CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL	5961127	5961080	4	1	5	90	7º
5961080	AÇÃO PEDAGÓGICA INTEGRADA: EDUCAÇÃO INFANTIL I (60 horas estágio)	5961127	5961129	4	3	7	150	7º
5910221	ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO	-	-	2	0	2	30	7º
5961140	GESTÃO EDUCACIONAL E COORDENAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA II	5961139	-	4	0	4	60	7º
5961146	ATIVIDADES PRÁTICAS: GESTÃO DO PROCESSO EDUCATIVO (50 horas de estágio)	5961139	5961140	2	2	4	90	7º
5960122	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (200 horas) (**)	-	-	-	-	-		7º
				16	6	22	420	
5961081	AÇÃO PEDAGÓGICA INTEGRADA: EDUCAÇÃO INFANTIL II (60 horas estágio)	5961080	-	4	3	7	150	8º
5961095	TEORIAS DO CURRÍCULO	-	-	4	1	5	90	8º
5961088	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	-	-	4	1	5	90	8º
				12	5	17	330	

CÓDIGO	DISCIPLINAS OPTATIVAS	DISCIPLINAS		CRÉDITOS			Carga Horária Semestral	Semestre Ideal
		Requisito	Conjunto	Aula	Trab	Total		
5950267	INFORMÁTICA INSTRUMENTAL	-	-	2	0	2	30	1º
5961044	NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	-	-	2	0	2	30	
				4	0	4	60	
5961147	ANÁLISE RETÓRICA DE DISCURSOS PEDAGÓGICOS	-	-	2	0	2	30	3º
5962083	BIBLIOTECA ESCOLAR: ATIVIDADES, DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E RECURSOS DE INFORMAÇÃO	-	-	2	0	2	30	3º
				4	0	4	60	
5940051	PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM ESCOLAR	-	-	2	1	3	60	6º
5961042	SEMINÁRIOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO I	-	-	4	0	4	60	6º
5961047	SEMINÁRIOS: EDUCAÇÃO E TRABALHO	-	-	2	0	2	30	6º
5961135	A FILOSOFIA EDUCACIONAL DE JOHN DEWEY	-	-	2	0	2	30	6º
5961138	TÓPICOS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	-	-	2	1	3	60	6º
5961145	DISCUTINDO OS CONCEITOS DE FÍSICA COM AS CRIANÇAS PEQUENAS	-	-	3	1	4	75	6º
5961043	BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	2	0	2	30	6º
				17	3	20	345	
5961040	HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA	-	-	2	0	2	30	7º

5961131	ORIENTAÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			2	2	4	90	7º
5961038	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL	-	-	2	0	2	30	7º
5961148	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E PRÁTICA PEDAGÓGICA	-	-	2	2	4	90	7º
				8	4	12	240	
5961048	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	-	-	2	1	3	60	8º
5961053	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FUNDAMENTOS E POLÍTICAS	-	-	4	0	4	60	8º
5961054	PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	-	-	4	0	4	60	8º
5961117	SEMINÁRIOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO II	-	-	2	0	2	30	8º
5961121	ESTUDOS TEXTUAIS E PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA	-	-	2	0	2	30	8º
5961039	LITERATURA INFANTIL	-	-	4	0	4	60	8º
5961046	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	-	-	2	0	2	30	8º
5961133	GESTÃO EDUCACIONAL: POLÍTICAS, PROCESSOS E COTIDIANO ESCOLAR	-	-	4	0	4	60	8º
5960120	PRÁTICA MUSICAL NA FORMAÇÃO DOCENTE	-	-	2	0	2	30	8º
5961092	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	-	-	4	0	4	60	8º
5961149	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS			2	1	3	60	8º
5961136	CARTOGRAFIA ESCOLAR	-	-	2	0	2	30	8º
5961150	ESCOLA, INFÂNCIA E CINEMA	-	-	2	0	2	30	
				36	2	38	600	
				69	9	78	1305	

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO DE PEDAGOGIA

Disciplinas Obrigatórias:

Créditos aula: 146 X 15 = 2.190 hs (Inclui 400 horas de Prática como Componente Curricular - PCC)

Créditos Trabalho: 26 X 30 = 780 hs (**Inclui 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado**)

Disciplinas optativas: 18 créditos de 15 horas: 270 horas (O aluno deverá cumprir no mínimo 270 horas em disciplinas optativas de livre escolha)

AACC: 200 horas

Total Geral do Curso: 3.440 horas

19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O Curso de Pedagogia mantém até hoje um sistema de avaliação que foi implantado em 2004. Trata-se da avaliação *processual*, realizada no meio do semestre letivo com a presença de alunos, professores e educadores de cada turma. Nesses encontros são avaliadas as condições de oferta do curso, o conteúdo e a metodologia, os critérios de avaliação, entre outros aspectos da relação de ensino e aprendizagem em cada disciplina. Esse sistema tem contribuído para o levantamento das questões pertinentes ao curso bem como para o aprimoramento do projeto pedagógico.

20. REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, I. *Pedagogia. Pedagogos e formação de Professores: busca e movimento*. 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

BRASIL. FORUMDIR. *Minuta de Proposta decorrente de estudos e debates desenvolvidos pelo FORUMDIR- Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras*, aprovada no XVII Encontro Nacional realizado em Porto Alegre/RS –Dezembro de 2003. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE PEDAGOGIA.

CORREA, B. C. Experiências de estágio em um curso de Pedagogia: vivências e desafios em busca de uma formação de qualidade. In: ARAUJO, E. S.; PACÍFICO, S. M. R. *Docência e Gestão: aprendizagem em situação de estágio*. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2010.

CORREA, B. C.; PIOTTO, D. O papel do educador na supervisão de estágios em um curso de Pedagogia: relato de uma experiência. In: PACÍFICO, S. M. R.; ARAUJO, E. S. *O estágio e a produção do conhecimento docente*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 156 p. co

FRANCO, M.A.S; PIMENTA, S.G (Orgs). *Didática: embates contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2010.

FRANCO, M.A.S. *Pedagogia como ciência da educação*. São Paulo: Cortez, 2007.

FRANCO, M. A. S.; LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº. 130, p. 63-97, jan. 2007.

HOUSSAYE, J. Pedagogia: justiça para uma causa perdida? In: HOUSSAYE, J.; SOËTARD, M.; HAMELINE, D.; FABRE, M. *Manifesto a favor dos pedagogos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 9-45.

LIBÂNEO, J. C. *Diretrizes Curriculares da Pedagogia – Um Adeus à Pedagogia e aos Pedagogos? ENDIPE*, Recife, 2006.

_____. *Pedagogia E Pedagogos, Para Quê? 7*. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J.C; ALVES, N. (Orgs). *Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.

KUENZER, A.Z; RODRIGUES, M. As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática. *Revista Olhar de Professor*. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. v.10 n. 1, Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

PIMENTA, S. G. O (org). *Pedagogia, Ciência de Educação?* São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. (org.). *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

RIVAS, N. P. P; PEDROSO, C. C. A; BEZERRA, D. R. S. O estágio supervisionado no contexto da disciplina Didática: possibilidades de formação no Curso de Pedagogia. In: PACÍFICO, S. M. R; ARAÚJO, E.S. *O estágio e a produção do conhecimento docente*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013.p.129-152.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. *Deliberação CEE 111/2012*. Fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual. Disponível em: www.ceesp.sp.gov.br Acesso em: 29 de abril de 2014.

SAVIANI, D. *A Pedagogia no Brasil: História e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHEIBE, L; AGUIAR, M.A. Formação de profissionais de educação no Brasil: o Curso de Pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*, Campinas, Cedes, v.20, n.68/especial, dez, 1999.